



Relatório Final do Grupo de para Estudo e Acompanhamento da Pós-graduação *Stricto Sensu* (CEPG / UFRJ)

Integrantes:

Maria Alice Zarur Coelho (CT) - Presidente

Aloysio Moraes Rego Fagerlande (CLA)

Andreia Frazão (PR2)

Eliane Guedes (FCC)

Fernando Rochinha (CT)

Hebe Signorini Gonçalves (CFCH)

José Garcia Abreu Junior (CCS)

Lina Zingali (CCS)

Marcelo Byrro (CCMN)

Nelson Silva (CCS)

Paula Castro Pires de Souza Chimenti (CCJE)

Walcy Santos (CCMN)

Kleber Neves (discente)

Trabalho desenvolvido entre **Agosto de 2016 a Julho de 2018**

1. Objetivos:

Construir uma base de conhecimento da Pós-graduação Stricto-sensu da UFRJ visando fortalecimento interno dos PPGs através de uma análise crítica sobre os pontos mais relevantes e os principais problemas enfrentados. Para tal destacam-se as seguintes abordagens utilizadas:

- Levantamento com informações sobre a atuação de docentes da UFRJ na Pós-graduação, envolvendo:

- a. Construção de redes de relacionamentos entre os Programas através de seus docentes na janela temporal até 2016.
- b. Dados comparativos na UFRJ e com a comunidade brasileira
- c. Mapeamento de docentes e discentes por Programa
- d. Áreas disciplinares (lacunas, etc.)
- e. Inter ou Multidisciplinaridade
- f. Áreas de interface não existentes na UFRJ

- Critérios Alternativos de Avaliação, envolvendo análise de documentos disponibilizados ao longo do ano 2018 atendendo a demanda na ocasião, em função da Portaria nº 321, 5 de abril de 2018, a qual dispõe sobre a avaliação da pós-graduação stricto sensu, a saber:

- a. Avaliação da avaliação da pós-graduação brasileira: contribuições do diretório nacional do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (Brasília, 10 de novembro de 2017);
- b. Considerações sobre o processo de avaliação da pós-graduação da CAPES: Contribuição da Academia Brasileira de Ciências (2018);
- c. Avaliação da pós-graduação: Considerações do CTC-ES da CAPES (Brasília, 7 de fevereiro de 2018).

- Fontes de sustentabilidade da PG – Bolsas através das seguintes fontes de dados principais:

- a. número de discentes da UFRJ, por modalidade de programa (segundo a plataforma Sucupira);
- b. número de discentes por IES (GeoCAPES);
- c. número de bolsas CAPES concedidas (GeoCAPES);
- d. número de bolsas CNPq concedidas (dados abertos CNPq).

A escolha foi de representar as 10 universidades com mais discentes (de acordo com o GeoCAPES).

Nota: cada gráfico cobre uma faixa diferente de tempo, porque cada base de dados cobre uma época.

- Pontos de internacionalização (**Deslocado para o GT sobre Internacionalização da UFRJ**)

2. Metodologia para construção de redes de relacionamentos.

2.1. Dados & Processamento

Todos os dados utilizados para montagem das redes foram extraídos da plataforma Sucupira, do Coleta CAPES submetidos até 2016 (<http://sucupira.capes.gov.br/>).

A extração das informações das planilhas e a construção das redes foi feita usando o software R (1) e a biblioteca igraph (2). As redes foram exportadas e salvas no formato GML (*Graph Modelling Language*, 3). As visualizações foram geradas usando a própria biblioteca igraph e o software Cytoscape (4).

2.2. Definição das Redes

Redes de Interação entre Programas de Pós-Graduação: Nessas redes, cada nó/vértice é um programa de pós-graduação. As arestas/interações são definidas de diferentes formas, baseadas em relacionamentos distintos.

Por orientadores em comum: Essa rede se baseia na existência de orientadores comuns, cadastrados, entre dois PPGs. Uma aresta aqui existe caso haja docentes vinculados a mais de um PPG, seja a pessoa docente Colaboradora ou Permanente. O peso da aresta é proporcional ao número de orientadores em comum entre os dois programas.

Por co-autoria de produção: Essa rede se baseia em co-autoria de qualquer tipo de produção intelectual. Arestas existem para cada produção intelectual que tem como autores docentes cadastrados como orientadores em mais de um programa. O número de co-autorias compartilhadas é o peso da aresta entre um par de programas. Para chegar a esse número, geram-se listas de autores docentes de cada programa, a partir de toda a produção intelectual registrada. Depois essas listas são cruzadas para cada par de programas a fim de encontrar as interseções. Nota-se que uma produção intelectual que inclua autores de mais de dois programas vai gerar mais do que uma aresta.

Identificação de Comunidades: Uma vez geradas as redes, de acordo com a definição de relacionamento dada, em alguns casos, foram feitas análises de comunidades. A análise da estrutura de comunidades de redes tem como objetivo separar a rede em grupos sem sobreposição cujos membros são fortemente conectados entre si e não tão conectados com nós externos ao grupo.

Embora a análise de comunidades seja, em parte, dependente do algoritmo utilizado para detecção, os algoritmos mais usados parecem ser consistentes, no limite (ORMAN; LABATUT, 2009). Nesse trabalho, o algoritmo usado foi o de Girvan-Newman (NEWMAN, 2004), conforme implementado no plugin clusterMaker/GLay do software Cytoscape (4).

Rede de Interação entre Universidades: Nessa rede, cada nó/vértice representa uma IES. As arestas medem a interação formal entre elas, pela existência de orientadores em comum entre programas vinculados às duas IES. Como antes, uma aresta aqui existe caso haja docentes vinculados a mais de um programa, sendo um de cada IES, seja como Colaborador ou como Permanente. O peso da aresta é o número de docentes cadastrados como orientadores em programas das duas IES. Para

fins de visualização, manteve-se na rede apenas as arestas que representassem um mínimo de 10 docentes em comum entre IES.

Redes de Interação entre Docentes: A rede entre docentes foi feita por co-autoria de qualquer tipo de produção intelectual, usando dados de 2013 a 2016. Novamente, o peso das arestas é proporcional ao número de co-autorias entre cada par de docentes no período. Uma vez construída essa rede para toda a universidade, foi possível também quebrá-la por programa, a fim de entender a variação de estrutura entre programas.

2.3. Análise Comparativa

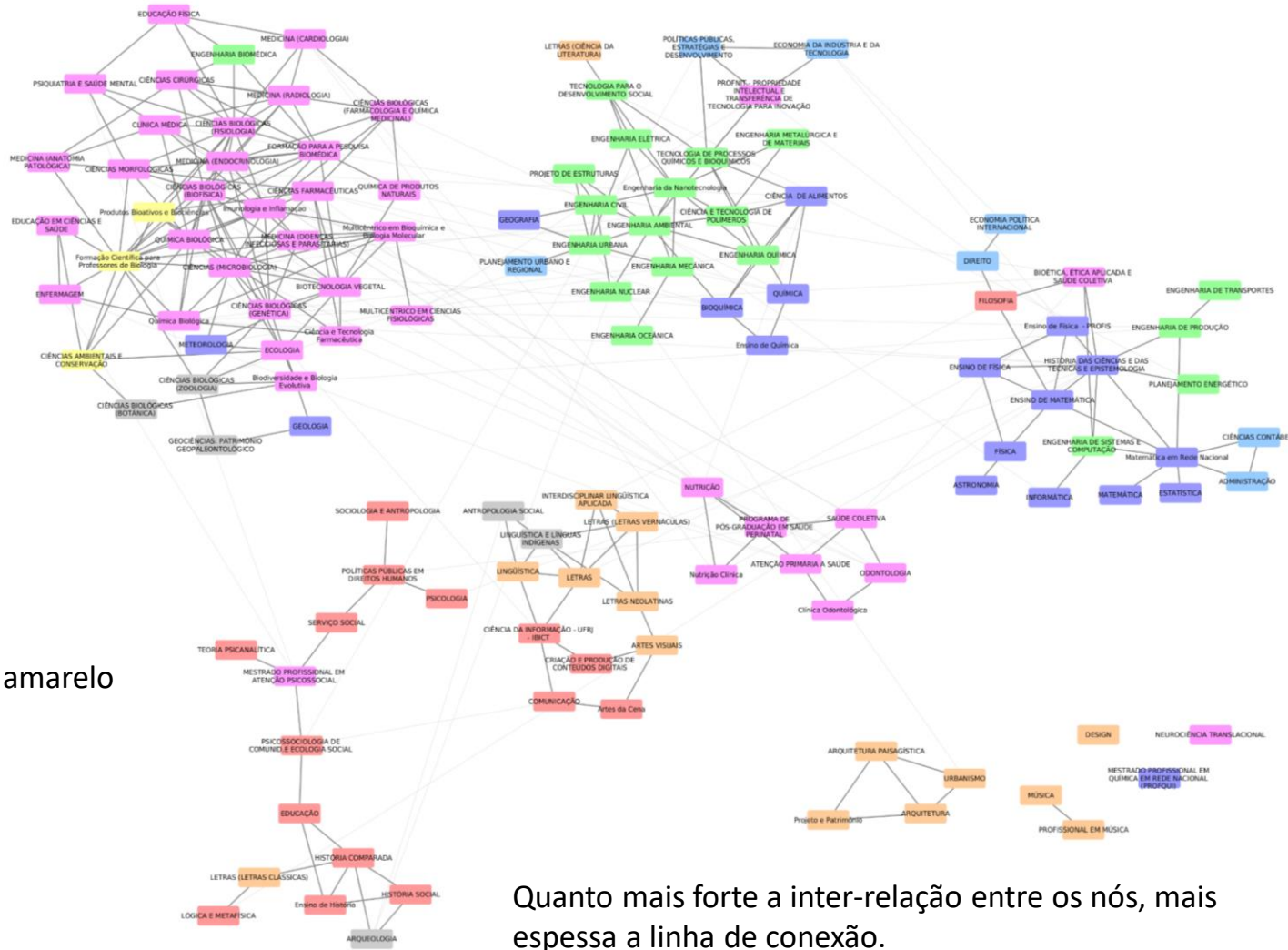
Todos os dados utilizados para produção dos gráficos comparativos foram extraídos da plataforma Sucupira, do Coleta CAPES submetidos até 2016 (<http://sucupira.capes.gov.br/>) e de planilhas-sumário publicadas pela CAPES relativas ao triênio concluído em 2013 (<http://www.avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/resultados/planilhas-comparativas/>). A extração das informações das planilhas, a análise dos dados e as visualizações foram feitas usando o software R (1) e os pacotes do tidyverse (*plyr*, *dplyr*, *ggplot2*; 5).

Para cada área e para cada tipo de medida disponível, foram produzidos gráficos comparando a média dos programas da UFRJ com a média dos programas de outras universidades, em três casos particulares: (1) IES do Brasil inteiro, (2) IES do estado do Rio de Janeiro e (3) as IES que foram as outras 4 primeiras colocadas no ranking de universidades da Folha em 2016 (USP, UNICAMP, UFRGS, UFMG).

Referências

1. R Core Team (2017). R: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. URL <https://www.R-project.org/>.
2. Csardi, G. and Nepusz, T. (2006). The igraph software package for complex network research. *InterJournal, Complex Systems*, 1695(5), pp.1-9.
3. Himsolt, M. (1997). GML: A portable graph file format. Html page under <http://www.fmi.uni-passau.de/graphlet/gml/gml-tr.html>, Universität Passau.
4. Shannon, P., Markiel, A., Ozier, O., Baliga, N.S., Wang, J.T., Ramage, D., Amin, N., Schwikowski, B. and Ideker, T. (2003). Cytoscape: a software environment for integrated models of biomolecular interaction networks. *Genome research*, 13(11), pp.2498-2504.
5. Hadley Wickham (2017). tidyverse: Easily Install and Load 'Tidyverse' Packages. R package version 1.1.1. <https://CRAN.R-project.org/package=tidyverse>

3. Principais Resultados obtidos com o levantamento com informações sobre a atuação de docentes da UFRJ na Pós-graduação:
3.1. Redes de Interação entre Programas de Pós-Graduação (Por Grandes Áreas do Conhecimento, i.e. Centros da UFRJ):

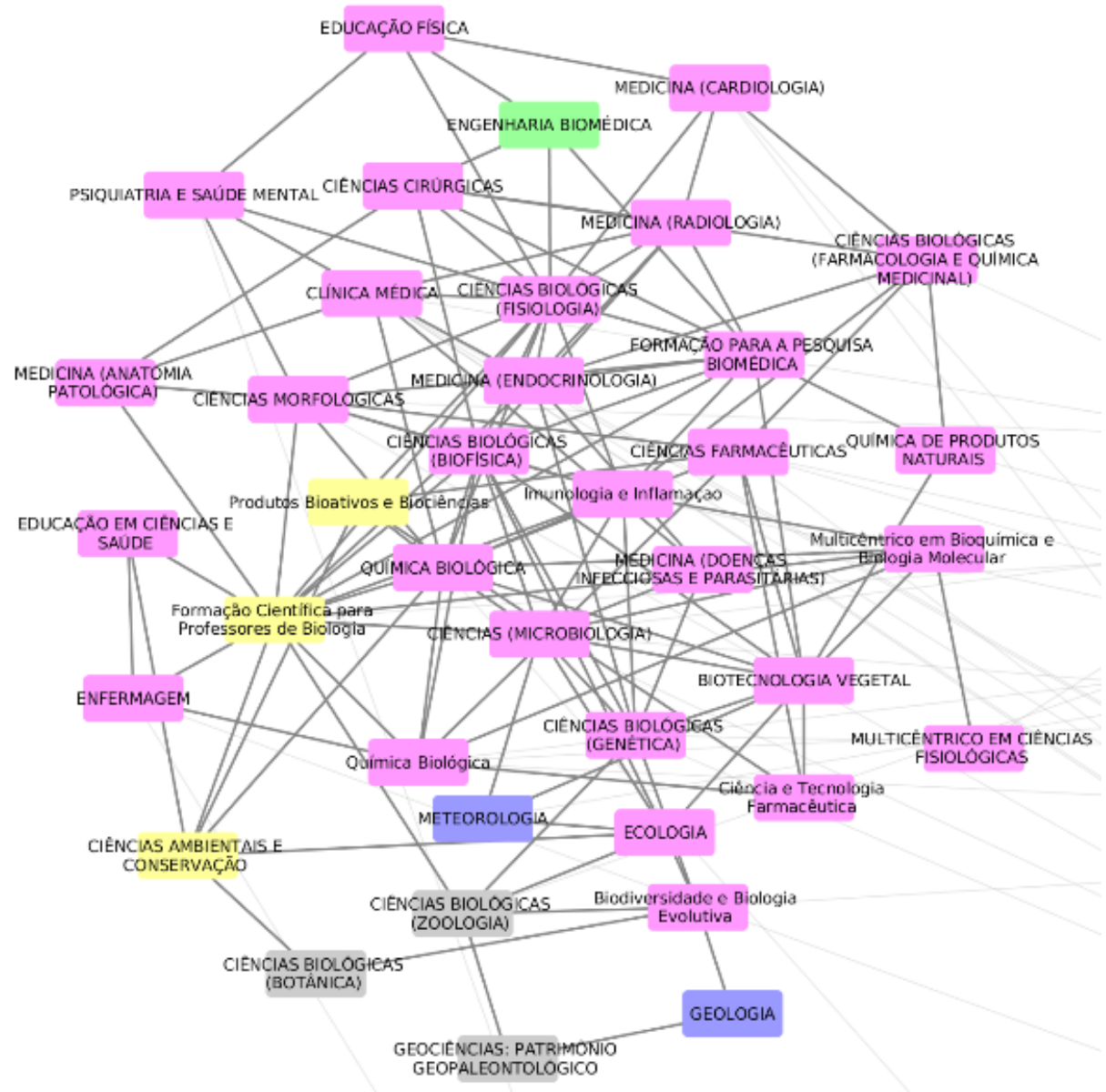


Quanto mais forte a inter-relação entre os nós, mais espessa a linha de conexão.

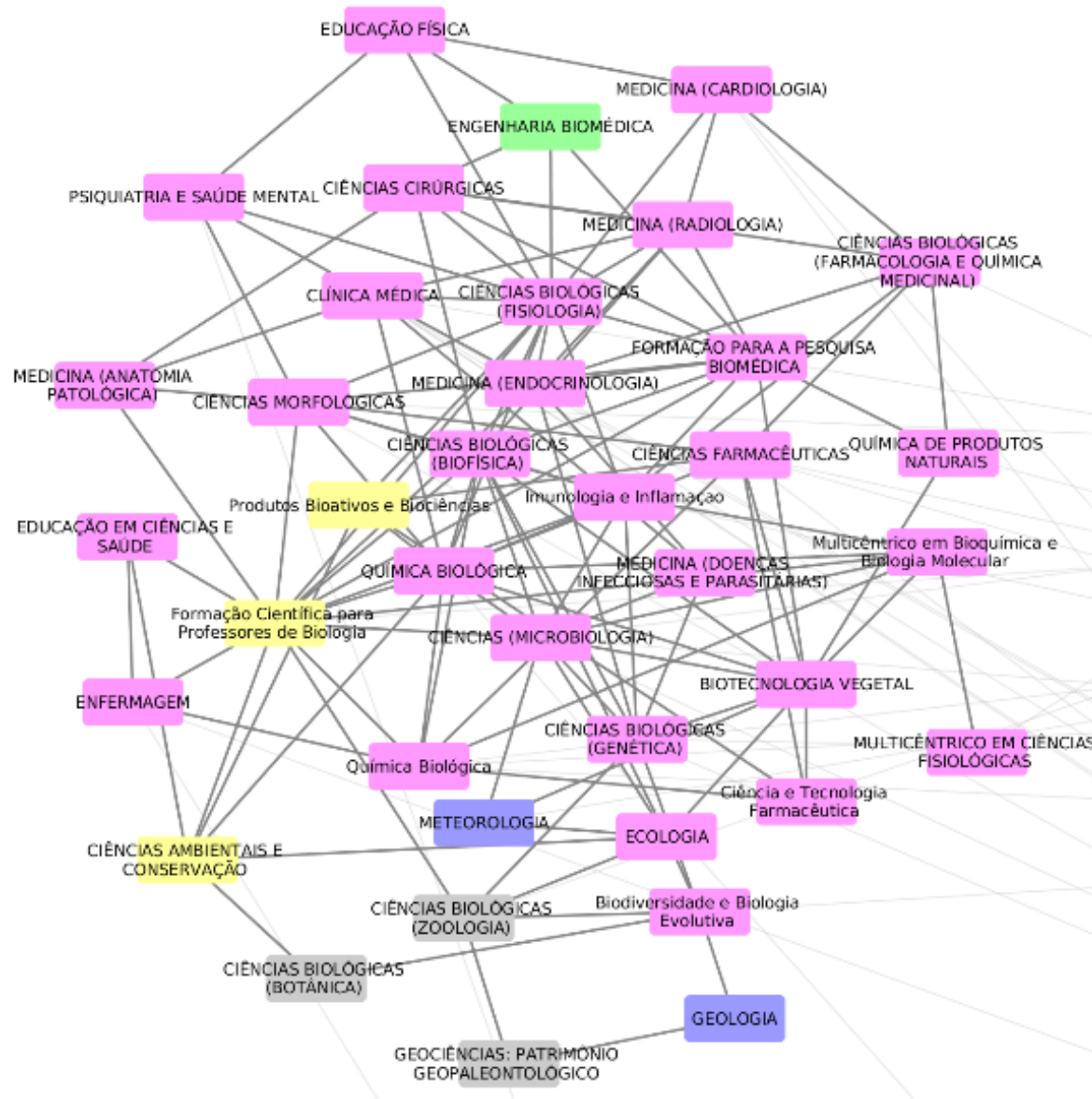
Fazendo zoom nos clusters:

Pólos de Xerém e Macaé tem interação com o CCS

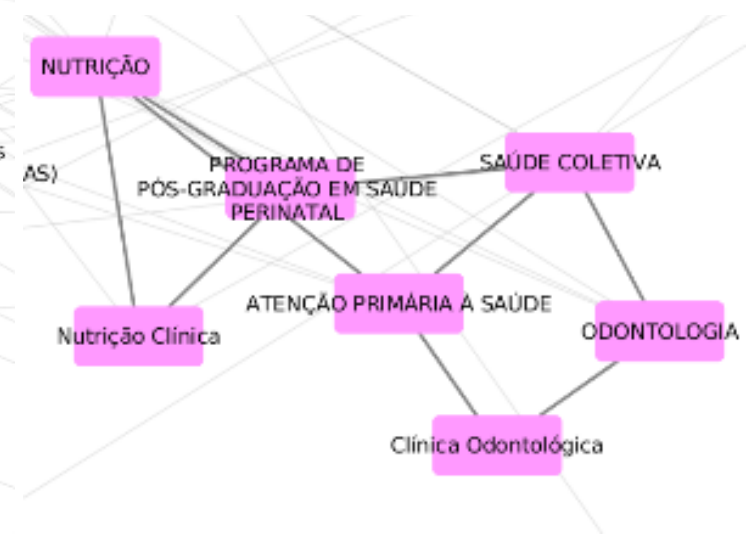
- CCS – rosa
- CT – verde
- CCMN – lilás
- CCJE – azul
- CFCH – salmão
- CLA – laranja
- FCC – cinza
- Macaé e Xerém - amarelo



CCS divide-se em dois clusters: *Odontologia, Saúde Coletiva e Nutrição* formam um cluster separado

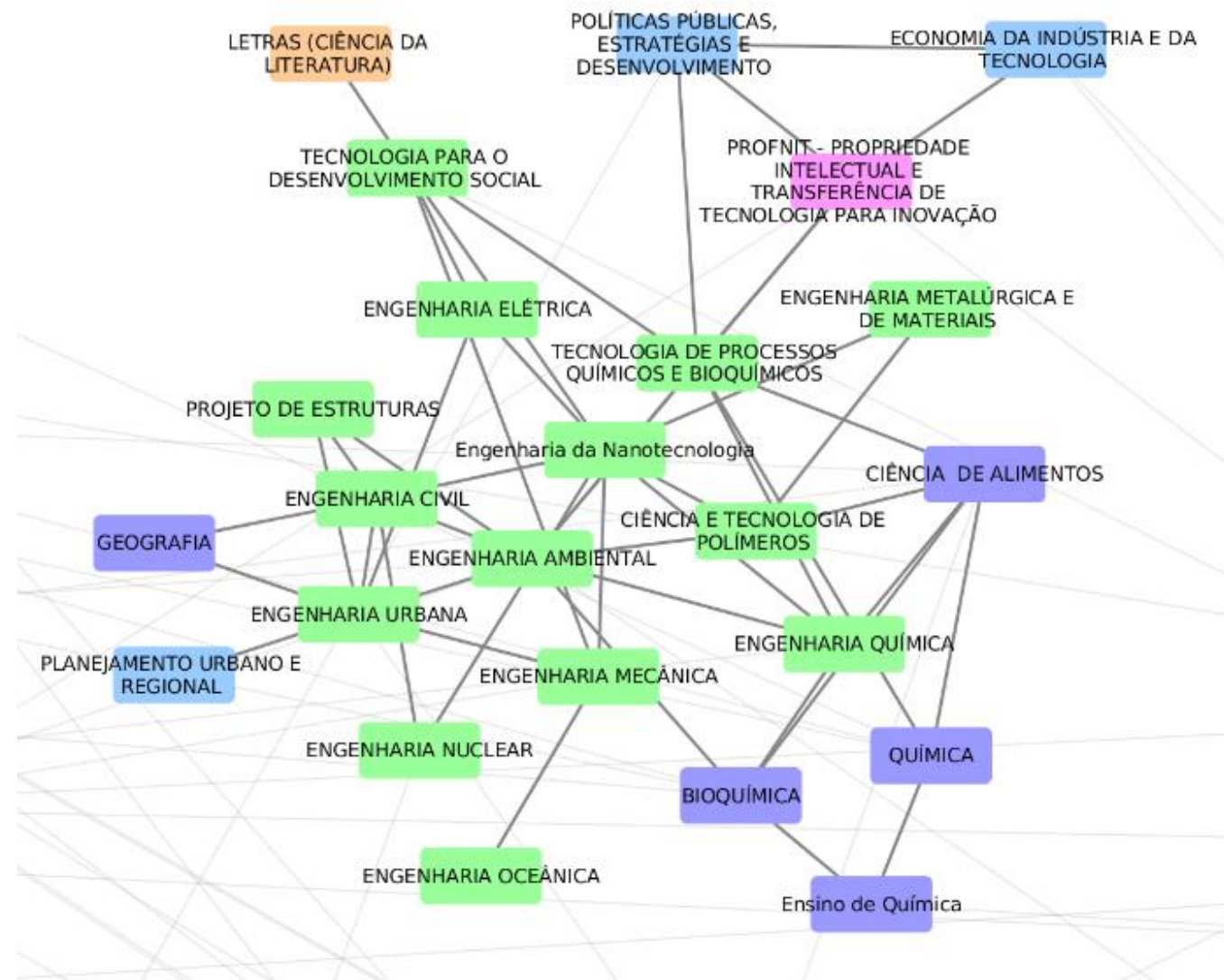


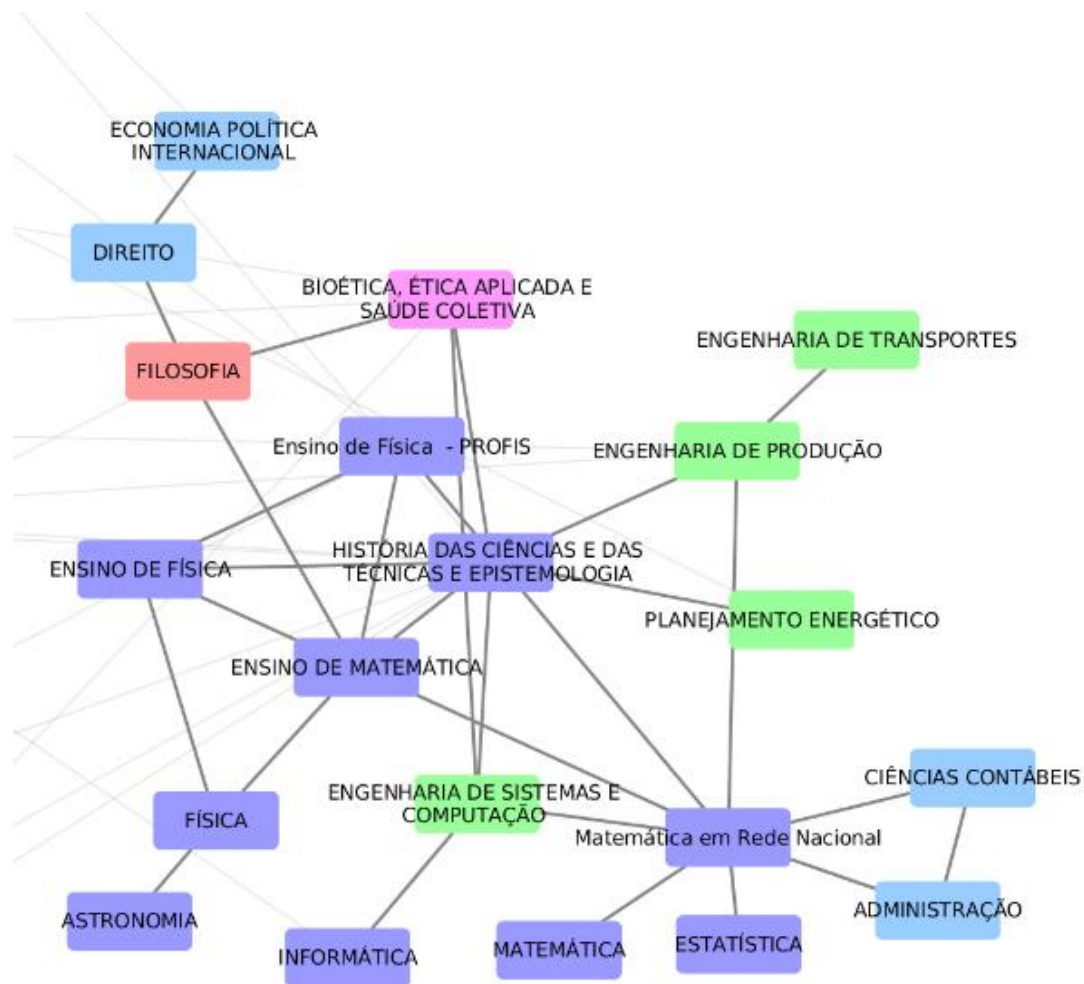
- CCS – rosa
- CT – verde
- CCMN – lilás
- CCJE – azul
- CFCH – salmão
- CLA – laranja
- FCC – cinza
- Macaé e Xerém - amarelo



CT e CMN são interligados principalmente pela Química:

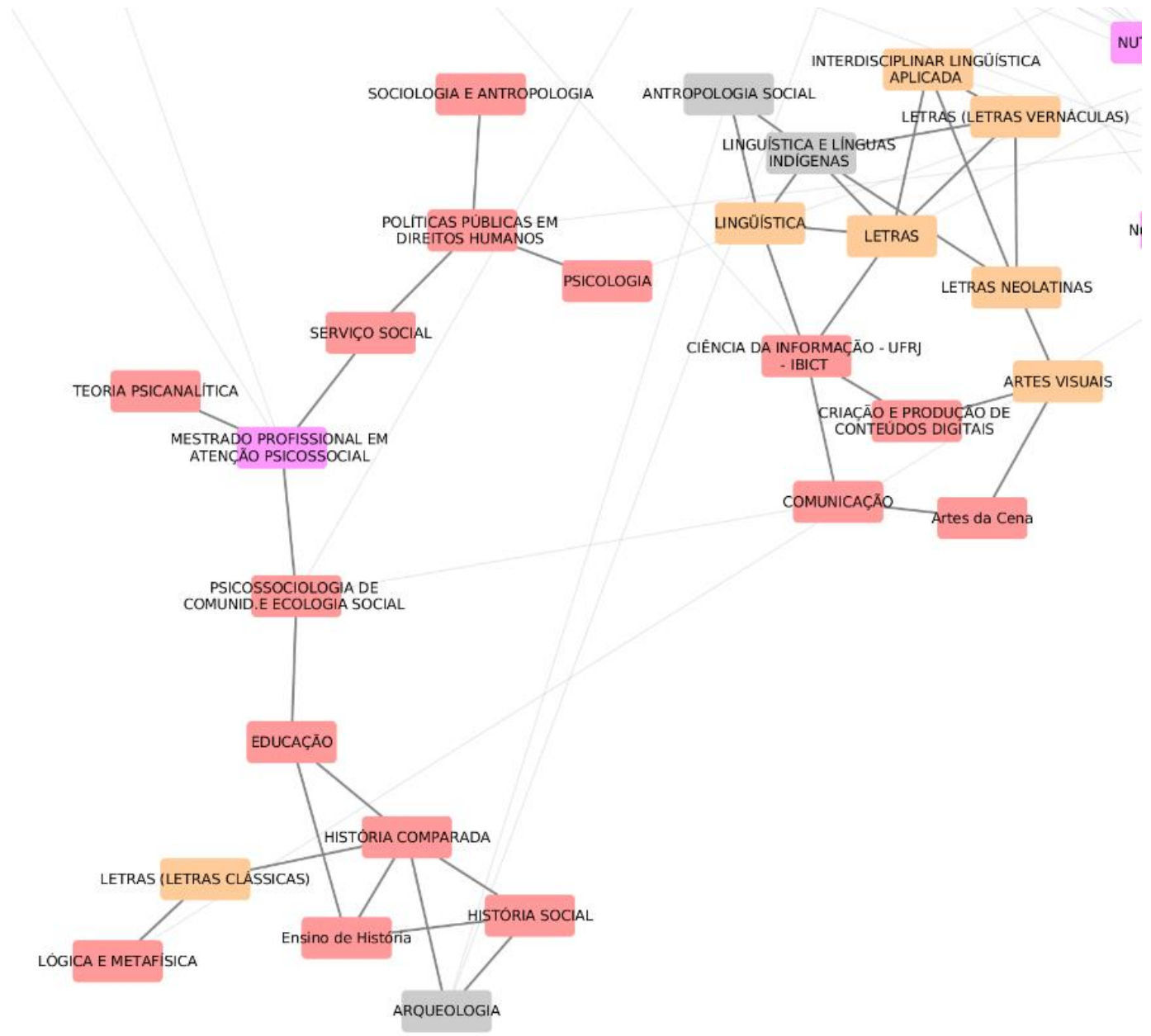
- CCS – rosa
- CT – verde
- CCMN – lilás
- CCJE – azul
- CFCH – salmão
- CLA – laranja
- FCC – cinza
- Macaé e Xerém - amarelo



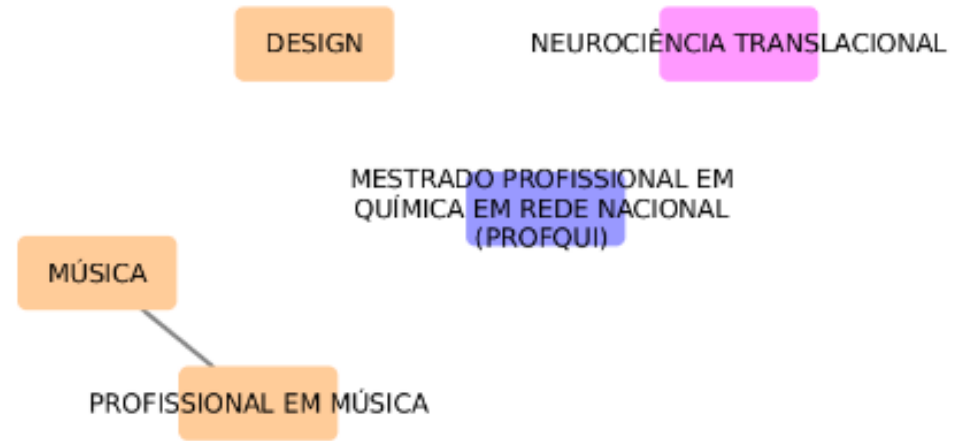
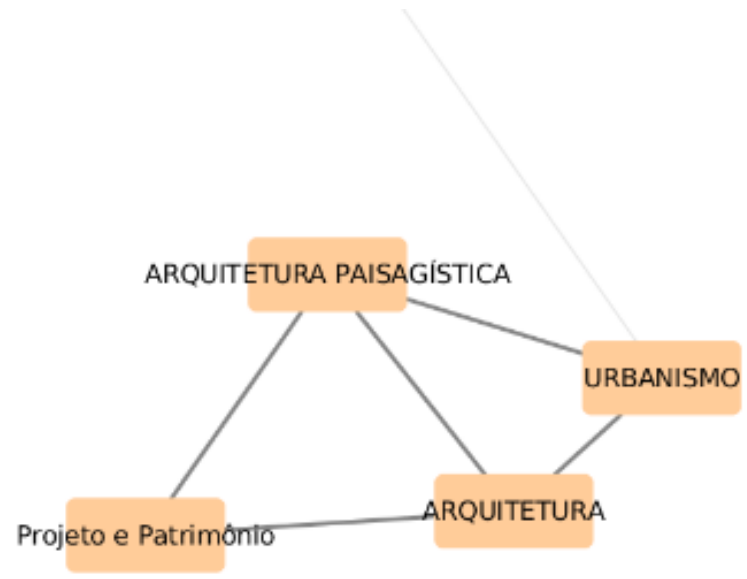


- CCS – rosa
- CT – verde
- CCMN – lilás
- CCJE – azul
- CFCH – salmão
- CLA – laranja
- FCC – cinza
- Macaé e Xerém - amarelo

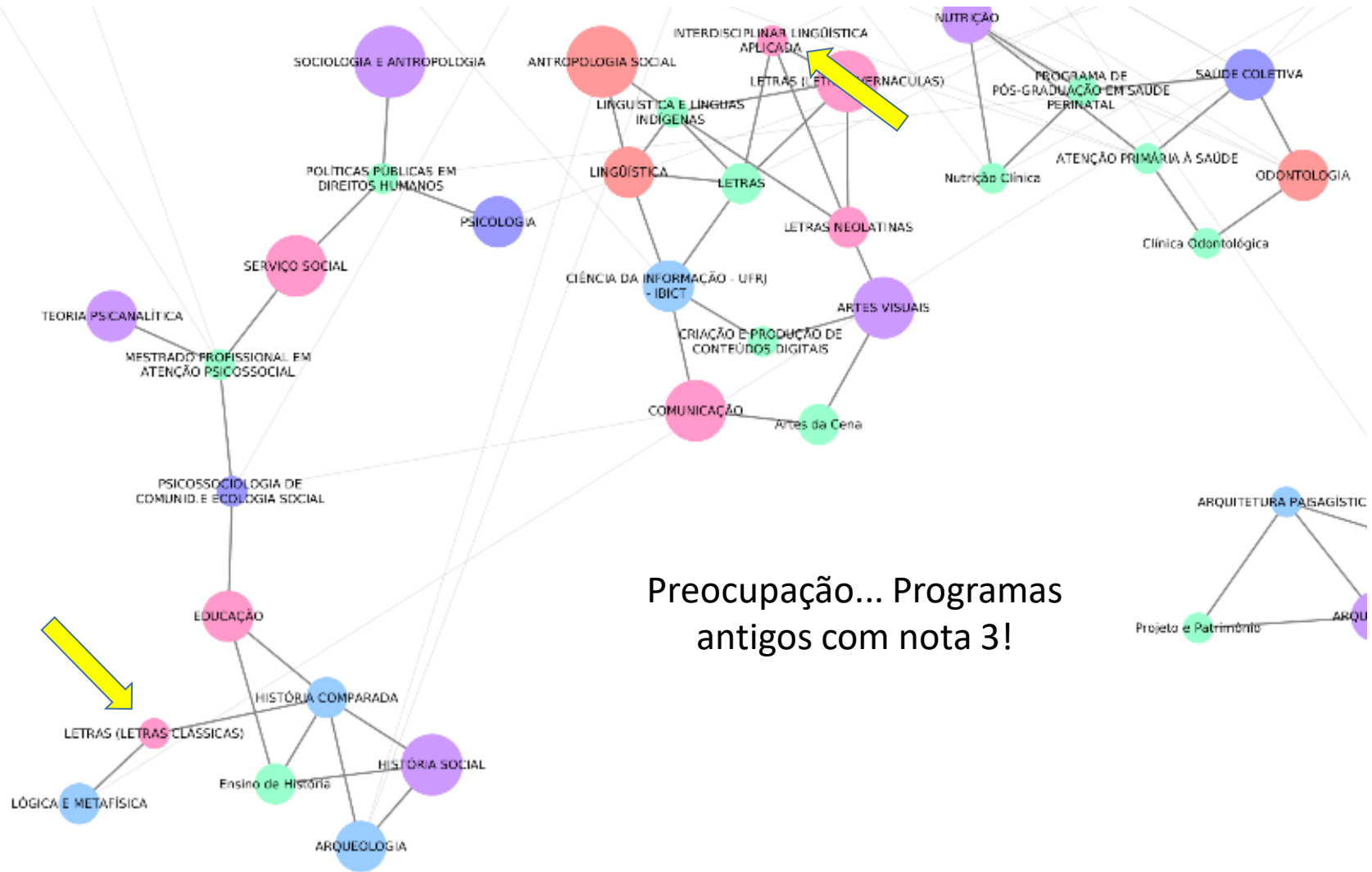
- CCS – rosa
- CT – verde
- CCMN – lilás
- CCJE – azul
- CFCH – salmão
- CLA – laranja
- FCC – cinza
- Macaé e Xerém - amarelo



Arquitetura e Música são áreas isoladas na UFRJ:

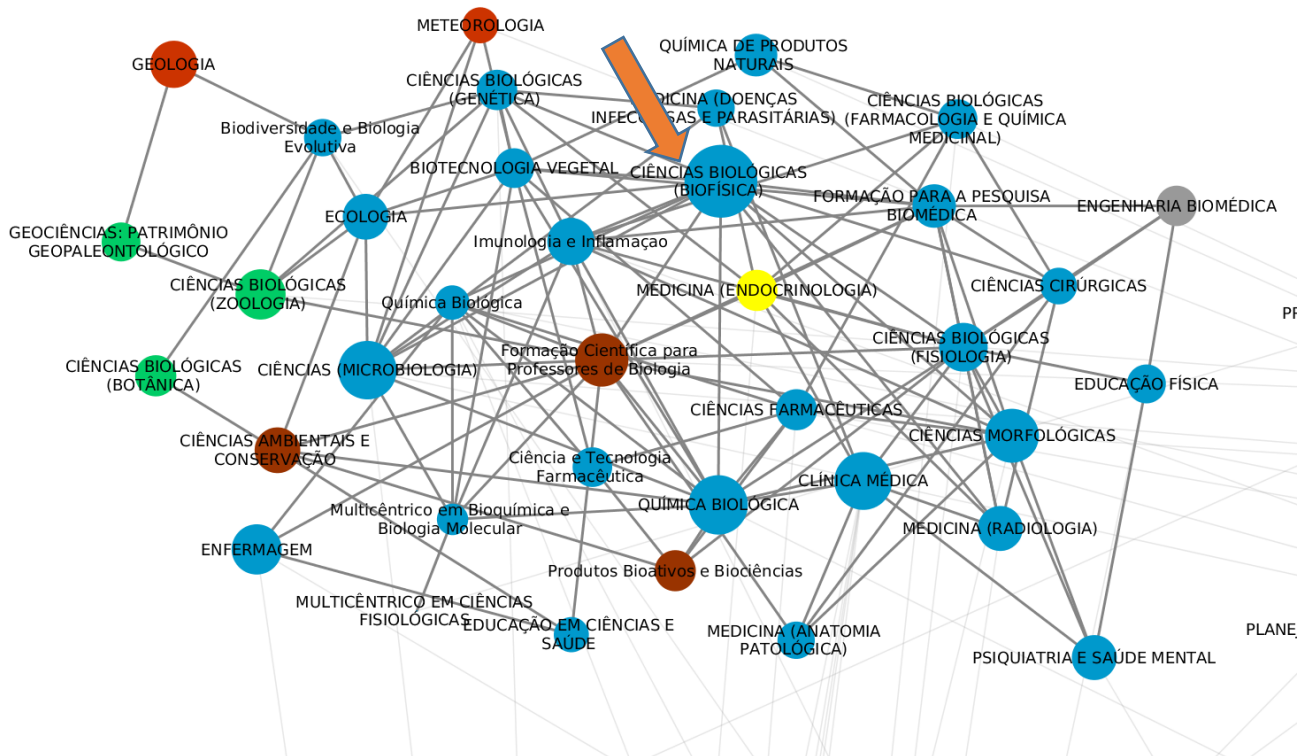
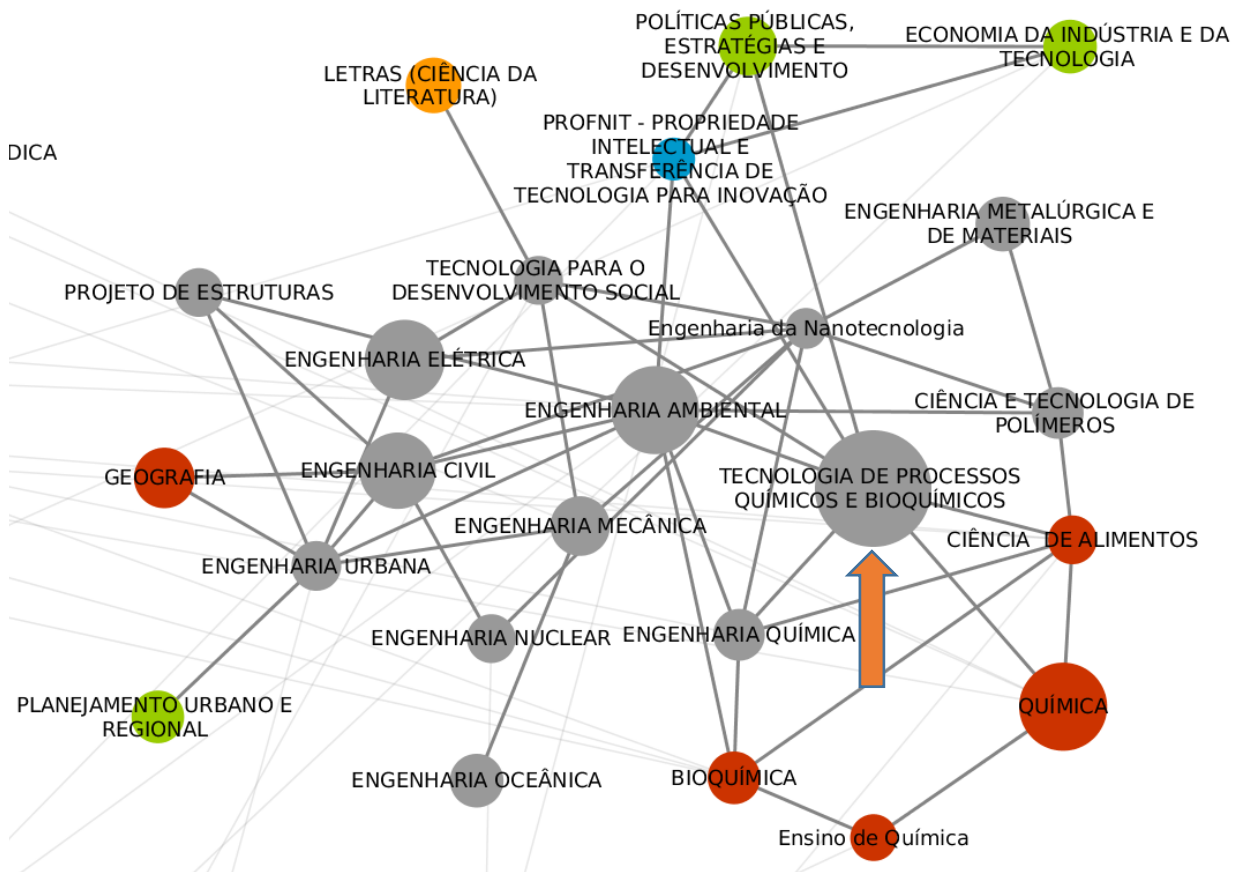


- 1970
- 1980
- 1990
- 2000
- 2010

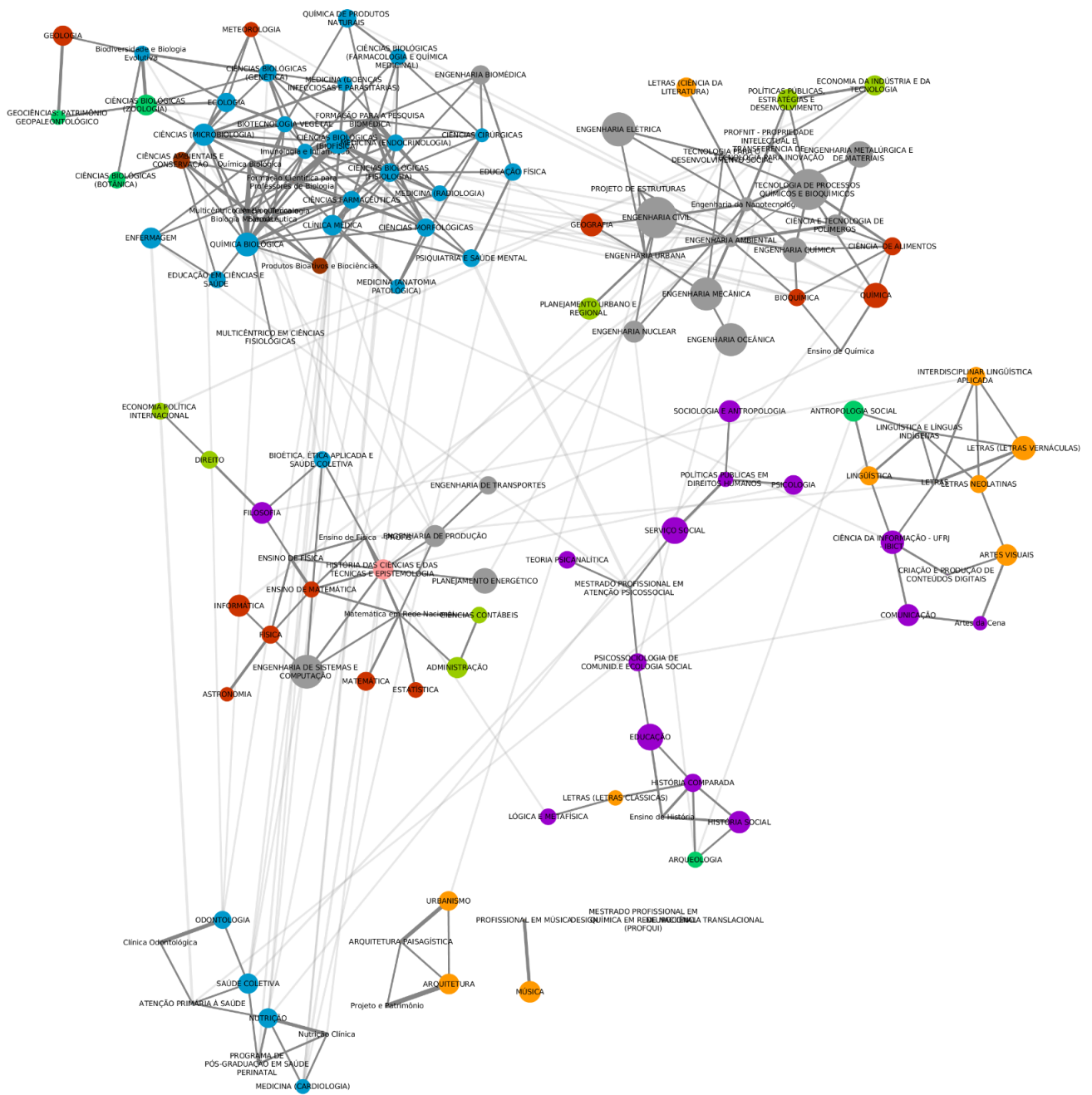


Preocupação... Programas antigos com nota 3!

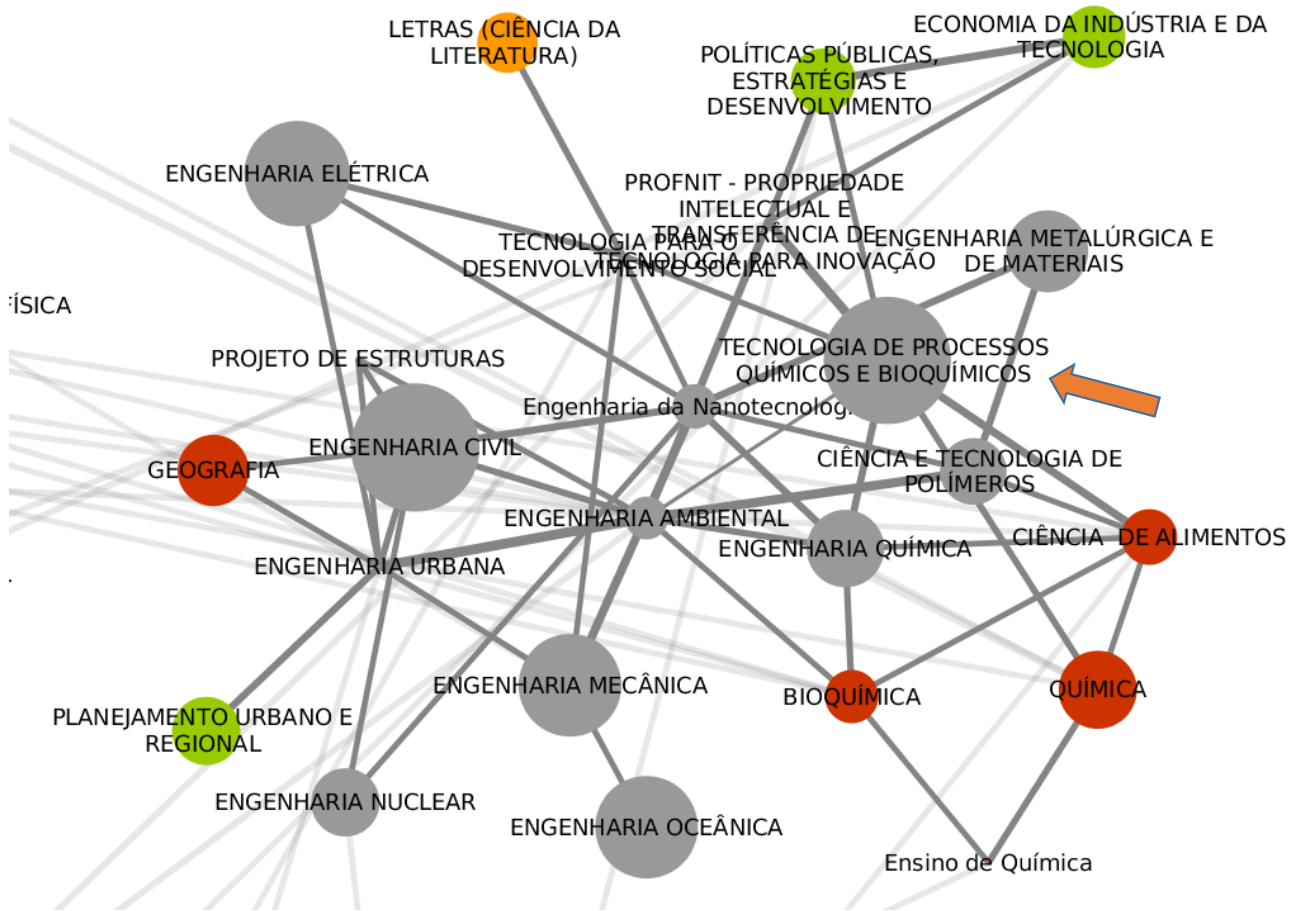
Fazendo zoom nos clusters:



3.4. Mapeamento do No. Discentes por Programa



Fazendo zoom nos clusters:



3.7 Áreas Disciplinares não existentes na UFRJ

Quantidade de PPGs na UFRJ por Área CAPES



3.8. Áreas de interface não existentes na UFRJ

- ✓ E-Science (Inteligência Artificial, Estatística Aplicada, Big Data)
- ✓ Geofísica
- ✓ Engenharia Metabólica
- ✓ Interação Básico-Clínica

4. Análise dos Documentos sobre Avaliação da Pós-graduação

4.1. Análise Conjunta dos documentos

4.1.1. Pontos em Comum:

- Necessidade de repensar e redefinir a avaliação da pós-graduação.
- Necessidade de simplificar a avaliação.
- Busca pela qualificação da produção intelectual (trabalhar com melhores produtos), ao invés da quantidade.
- Fortalecer a dimensão formativa da pós-graduação. Focar a qualidade da formação e não no produtivismo.
- Aumentar o peso dos egressos na avaliação e desenvolver um mecanismo de acompanhamento dos egressos (produção acadêmica, técnica e tecnológica, inserção profissional, liderança exercida).
- Mudar avaliação de ingresso de novos cursos para “recomendado” ou “não recomendado”, sem nota (FOPROF e CTC).
- Necessidade de rever a escala de notas usada para classificar os programas (FOPROF e CTC).
- Importância da avaliação de meio do ciclo e da auto-avaliação dos programas (FOPROF e CTC)
- Internacionalização indo além de publicações internacionais, mas enfatizando colaborações internacionais, mobilidade de pesquisadores e infraestrutura para tal.

4.1.2. Discordâncias:

- Qualis: Para CTC, a classificação dos periódicos (Qualis) deve ser preservada. Em vez de divulgar a classificação de cada periódico, seriam tornados públicos os critérios usados pelas áreas para a classificação, como forma de estimular a compreensão dos critérios de qualidade e a liberdade para prospectar veículos de alto impacto que não tiveram produto dos programas no ciclo avaliativo. A divulgação da lista de periódicos e seus estratos ocorreria apenas na ocasião da avaliação quadrienal. Academia Brasileira de Ciências e FOPROF propõem homogeneização do QUALIS das Áreas de forma a criar critérios mais homogêneos, um QUALIS mais unificado e ter uma classificação que perdure.
- Desigualdades regionais: Há consenso sobre a importância de diminuir as desigualdades entre as regiões e microrregiões do país. Entretanto, enquanto FOPROF propõe alteração dos pesos a serem atribuídos aos quesitos, CTC enfatiza que não devem ser alterados os critérios de avaliação em função de diferenças regionais.
- Período: FOPROF sugere implementar tempos distintos para avaliação dos estratos (por exemplo 6 e 7 não precisam ser avaliados a cada 4 anos). CTC defende a manutenção da avaliação quadrienal.
- Diferenciação de critérios: FOPROF e Academia de Ciências propõem a utilização de atributos ou pesos distintos dependendo de especificidades, como estratos, região, tamanho e missão dos programas. CTC defende avaliação única.
- Doutorado em programas 3: FOPROF destaca que programas novos com mérito poderiam ter doutorado. CTC reforça necessidade do 4 como nota mínima para tal.

4.2. Análise individual dos documentos

4.2.1. FOPROF:

- Necessidade de repensar e redefinir a avaliação da pós-graduação
- Alteração dos pesos a serem atribuídos aos quesitos, a partir da consideração dos aspectos regionais para diminuição das históricas desigualdades entre as regiões e microrregiões do país.
- Criação de parâmetros que permitam mensurar a relevância social dos programas de forma efetiva, considerando os impactos positivos da presença da pós-graduação na formação e no desenvolvimento das regiões
- Revisão dos quesitos de avaliação para uma avaliação que valorize mais os aspectos qualitativos dos programas, visando diminuir a prática “produtivista” exagerada que, em muitos casos, resulta em produção de baixa qualidade e de baixo impacto.
- Fortalecer a dimensão formativa da pós-graduação. Focar a qualidade da formação e não no produtivismo.
- As instituições precisam reassumir o planejamento de sua pós-graduação. Há que se elaborar um Projeto Institucional de Desenvolvimento e Avaliação da Pós-Graduação. Não delegar tudo para a CAPES.
- Aumentar o peso dos egressos na avaliação e desenvolver um mecanismo de acompanhamento dos egressos no âmbito da Plataforma Sucupira. Produção acadêmica, técnica e tecnológica, inserção profissional, liderança exercida, são aspectos a serem avaliados.
- Ampliar estratos de avaliação (Notas) e implementar tempos distintos para avaliação dos estratos (por exemplo 6 e 7 não precisam ser avaliados a cada 4 anos).
- Investir na avaliação de “meio termo” e na auto avaliação como etapas com importantes resultados.
- Mudar avaliação de ingresso para “recomendado” ou “não recomendado”, sem nota.
- Diferenciação da avaliação por estratos, região, tamanho e missão dos programas.
- Reflexão sobre a definição das Áreas de Avaliação da CAPES (atualmente 49) para áreas mais abrangentes e homogêneas e dando atenção à interdisciplinaridade.
- Desconcentração do poder do CTC – ES
- Adoção de novos instrumentos e formas de escolha dos Coordenadores de Áreas
- Ampliação das visitas e diligências
- Extinção da distinção entre docente permanente e docente colaborador. Um Docente pode ter um papel fundamental na formação dos pós-graduandos, sem, entretanto, ter a exigência de atingir indicadores de produção de excelência. São coisas complementares e não excludentes. Criar hierarquias dentro de um PPG não parece sensato.
- Mudanças no Qualis para aproximar de mecanismos de classificação existentes e reconhecidos internacionalmente, construir um “Qualis” mais unificado por grandes áreas, e ter uma classificação que perdure mais.
- Permitir que um programa, avaliado pela primeira vez, possa receber nota distinta de quando foi recomendado (algumas áreas mantêm a mesma por entenderem que o programa está em consolidação, o que ignora o mérito).
- Revisão da decisão do CTC de que programas de mestrado Nota 3 não podem ter doutorado aprovado no quadriênio, que prejudica programas novos de grande desempenho.
- Corrigir distorções na distribuição dos recursos entre os cursos mais antigos e cursos implantados nos últimos anos.

4.2.2. Academia Brasileira de Ciências

- Homogeneização do QUALIS das Áreas de forma a criar critérios mais homogêneos. Fusão em três ou quatro conjuntos de QUALIS, tomando como base um QUALIS que valorize as publicações mais qualificadas em cada uma dessas grandes áreas de conhecimentos, conforme os referenciais estabelecidos mundialmente.
- Estruturar o QUALIS com base nas revistas em que os programas publicaram naquele período (vs. Fator de Impacto).
- Inclusão de indicadores de qualidade daquilo que é produzido pelos programas de pós-graduação através do envio de um conjunto definido de produtos que reflita suas melhores produções acadêmicas, dissertações e teses.
- Auto inserção dos cursos em quatro Grupos Vocacionais (GV) baseados na natureza das pesquisas realizadas pelos Programas (Pesquisa Fundamental; Pesquisa Básica Estratégica; Pesquisa Aplicada na Área Social; Pesquisa Aplicada Tecnológica). Revisão de indicadores de produção e seus respectivos pesos em função daquilo que se espera de cada GV (“customização”). Reposicionamento das atividades de inovação como fundamentais para a pós-graduação brasileira o que levará à criação de novos percursos formativos dos estudantes que passarão a incorporar elementos do setor empresarial.
- Investir recursos na internacionalização, premiando programas que tiverem fluxo in e out bound de discentes e pesquisadores, projetos de pesquisa conjuntos, alunos com dupla titulação, disciplinas conjuntas, oferta de cursos em inglês e outras línguas, etc. Premiação deve ser mediante um processo competitivo que exigirá dos melhores programas de pós-graduação uma proposição, visando alcançar reais projetos de cooperação internacional. Criação de uma cota de bolsas de doutorado no exterior que inclua o estágio do estudante dentro de centros de pesquisa e inovação tecnológica que participariam dos projetos dos estudantes.
- Fomentar e premiar as ações dos programas voltadas para a melhoria da educação básica, em especial aquelas com participação dos discentes.
- O destino dos egressos deve ser monitorado pelos programas, já que a natureza e o impacto de sua atividade após o doutoramento (e o pós-doutorado) é um excelente indicador de qualidade do estudante formado.
- A qualidade da formação discente deve balizar e nortear o processo avaliativo e, para isso, as produções que contam com a participação discente devem ser valorizadas e recompensadas. A CAPES deve desenvolver indicadores que avaliem a capacidade que os programas de pós-graduação têm para oferecer no caminho de uma melhor formação de quadros qualificados.

4.2.3. CTC-ES

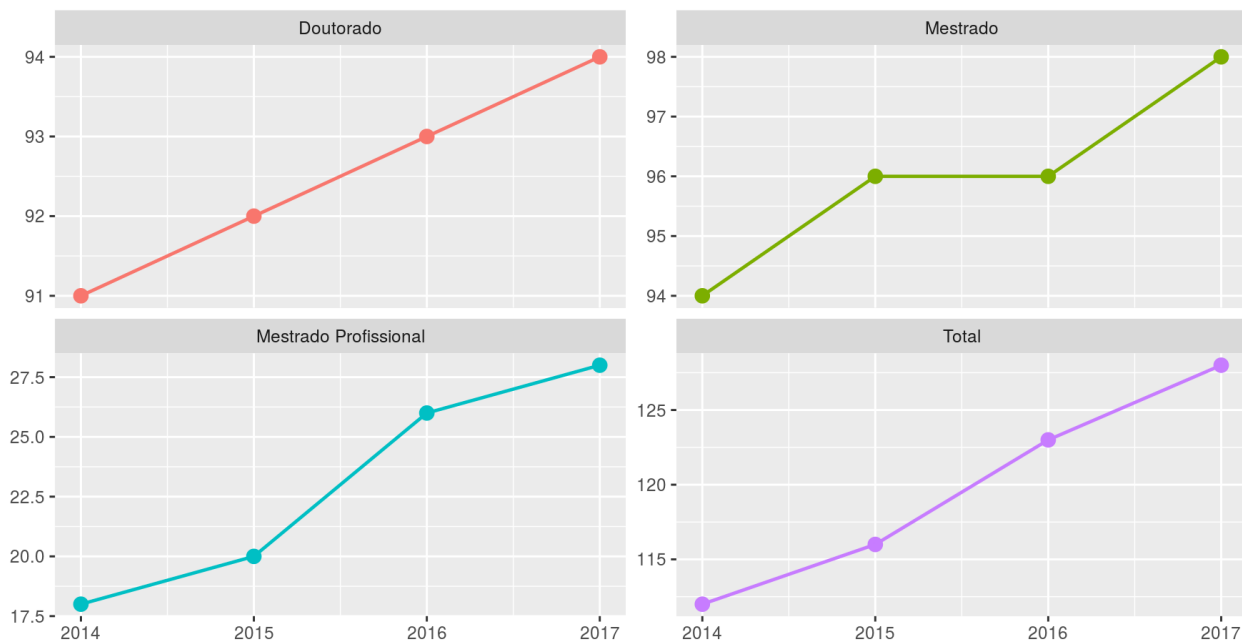
- Manutenção do ciclo avaliativo em 4 anos, considerando o seminário de acompanhamento no meio do ciclo como uma oportunidade relevante para a orientação dos programas (com auto avaliação).
- Relevância de visita aos programas identificados como frágeis na Quadrienal e nos próprios seminários de acompanhamento.
- Enfatizar a busca pela qualificação da produção intelectual pelas áreas de conhecimento/programas. Assim, a avaliação da produção bibliográfica deve utilizar os melhores produtos indicados pelos próprios programas.
- A classificação dos periódicos (Qualis) deve ser preservada. Em vez de divulgar a classificação de cada periódico, seriam tornados públicos os critérios usados pelas áreas para a classificação, como forma de estimular a compreensão dos critérios de qualidade e a liberdade para prospectar veículos de alto impacto que não tiveram produto dos programas no ciclo avaliativo. A divulgação da lista de periódicos e seus estratos ocorreria apenas na ocasião da avaliação quadrienal.
- Outras formas de produção intelectual devem ser valorizadas e classificadas pelas áreas.

- Qualidade da formação discente é ponto central do SNPG. As porcentagens da atual ficha não são inteiramente adequadas para a avaliação de todos os programas: é certo que a produção intelectual (artigos e outros itens) deve ser valorizada, mas a pós-graduação é, eminentemente, espaço de formação de mestres e doutores. Assim, o acompanhamento dos egressos de cada curso é fundamental para a avaliação. Parâmetros que combinem informação sobre empregabilidade, impacto no avanço do conhecimento por meio de publicações ou outras produções intelectuais pelos egressos, contribuição social dos discentes egressos para o ambiente local, entre outros aspectos devem ser adotados. Para tal, novos dados deverão ser informados pelos programas ou prospectados pela Capes e as análises deverão respeitar diferenças de mercado de trabalho e evolução longitudinal das carreiras.
- A diminuição das assimetrias regionais deve ser uma prioridade de todas as áreas. Deve haver uma política nacional de fixação de novos pesquisadores nas áreas mais carentes, além de programa nacionais de apoio financeiro aos projetos de qualidade. Políticas de combate à diminuição das assimetrias regionais pressupõem a aplicação de critérios de qualidade uniformes por ocasião de apresentação de propostas de cursos novos e de avaliação da pós-graduação. Há forte consenso entre as áreas de que não devem ser alterados os critérios de avaliação em função de diferenças regionais, porque a prática introduziria maiores problemas no sistema.
- Estabelecer de forma clara, a ser divulgada nos documentos de área, quais são os parâmetros de excelência de cada uma, o que servirá como meta a ser almejada por cada programa para conseguir as notas 6 e 7. A internacionalização seria apenas uma dimensão da excelência.
- Propõe-se que a excelência acadêmica considere o desempenho do programa em múltiplas dimensões, tais como: Consolidação e liderança nacional (inclusive no aspecto de nucleação e solidariedade) e internacional como formador de recursos humanos para a pesquisa e a pós-graduação; Participação sedimentada de docentes e discentes no cenário acadêmico nacional e internacional; Captação destacada de recursos no ambiente nacional e internacional; Qualificação da produção intelectual dos docentes e discentes; Mobilidade de pesquisadores; Infraestrutura para promover mobilidade de pesquisadores; Estimulo a colaborações com universidades estrangeiras.
- Há um consenso que a avaliação da CAPES precisa ser simplificada e deva focar no mérito dos programas, em vez de privilegiar aspectos específicos do desempenho, tais como produção intelectual ou composição do corpo docente. Assim, propõe-se uma avaliação em duas etapas. Na primeira os membros da comissão de avaliação elaborariam um parecer minucioso e sugeririam uma nota a partir de: (1) indicadores previamente calculados pelos técnicos da Capes elaborados com base nos dados informados na Sucupira ou extraídos de outras fontes externas auditáveis; (2) auto avaliação do Programa; e (3) e demais dados definidos pela área e informados pelos programas na Plataforma Sucupira. Seriam pelo menos dois pareceres e não haveria necessidade de uma reunião presencial. Na segunda etapa, em reunião presencial, toda a comissão deliberaria a partir das avaliações dos consultores. A etapa final seria a chancela do CTC-ES.
- A comissão de avaliação deveria ser indicada e confirmada com antecedência maior do que a atual. Da mesma maneira, os dados e indicadores específicos por área deveriam ser disponibilizados com maior antecedência. A DAV ficaria responsável pela elaboração dos indicadores e envio aos avaliadores juntamente com demais dados necessários à avaliação – melhores produtos, auto-avaliação, documento da área e diagnóstico de conformidade. Além disso, os consultores devem ter uma visão relativa do programa na área para cada indicador.
- Novos cursos serão recomendados ou não, sem atribuição de nota.
- Necessidade de rever a escala de notas usada para classificar os programas.
- Descredenciar (ou não aprovar) os cursos que ofereçam doutorado e que não demonstrem desempenho equivalente aos dos programas com nota 4 na área.

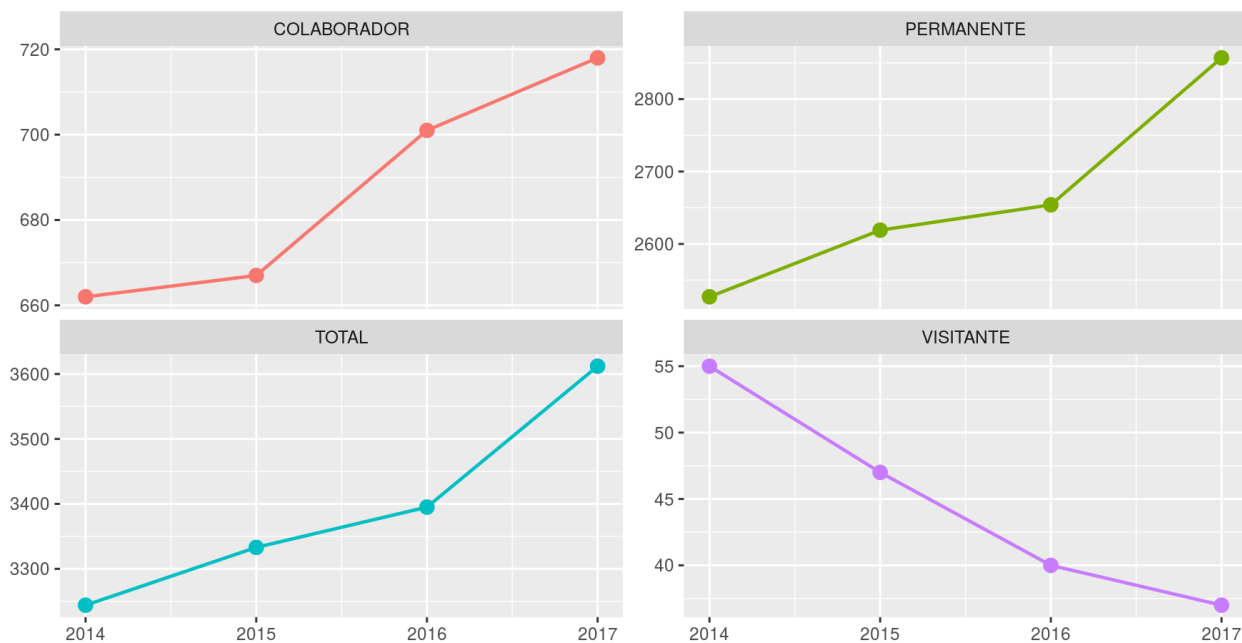
5. Fontes de sustentabilidade da PG – Bolsas através das seguintes fontes de dados principais

5.1. Números da UFRJ (Plataforma Sucupira)

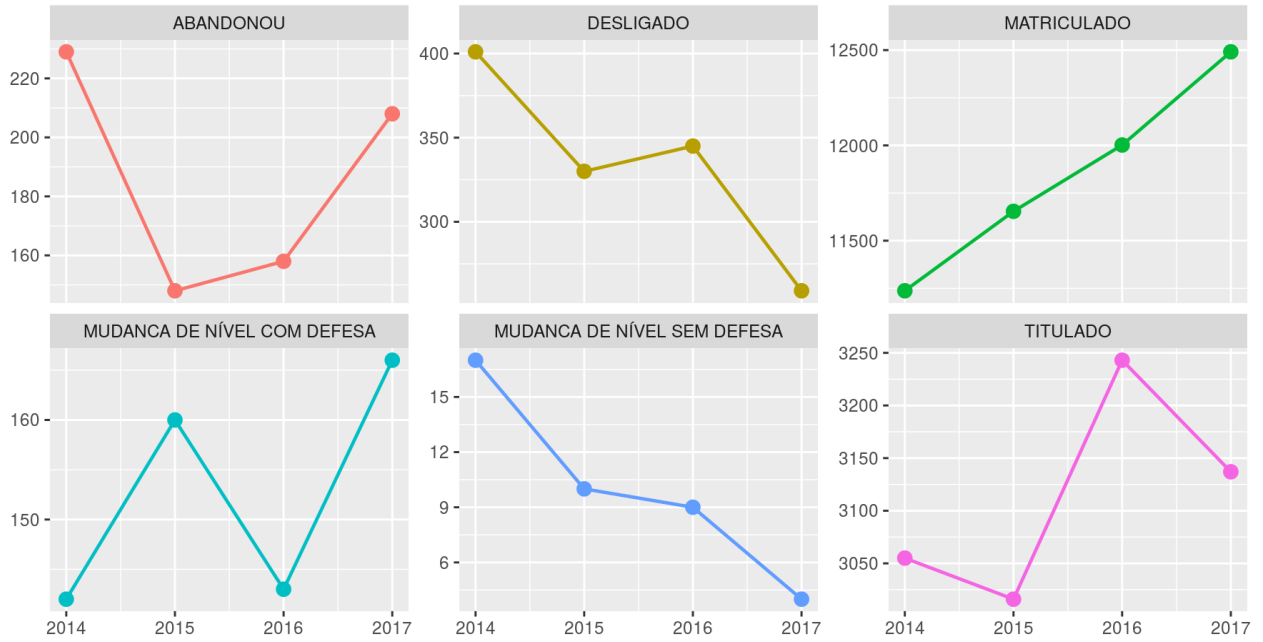
Cursos de Pós-Graduação da UFRJ, por ano



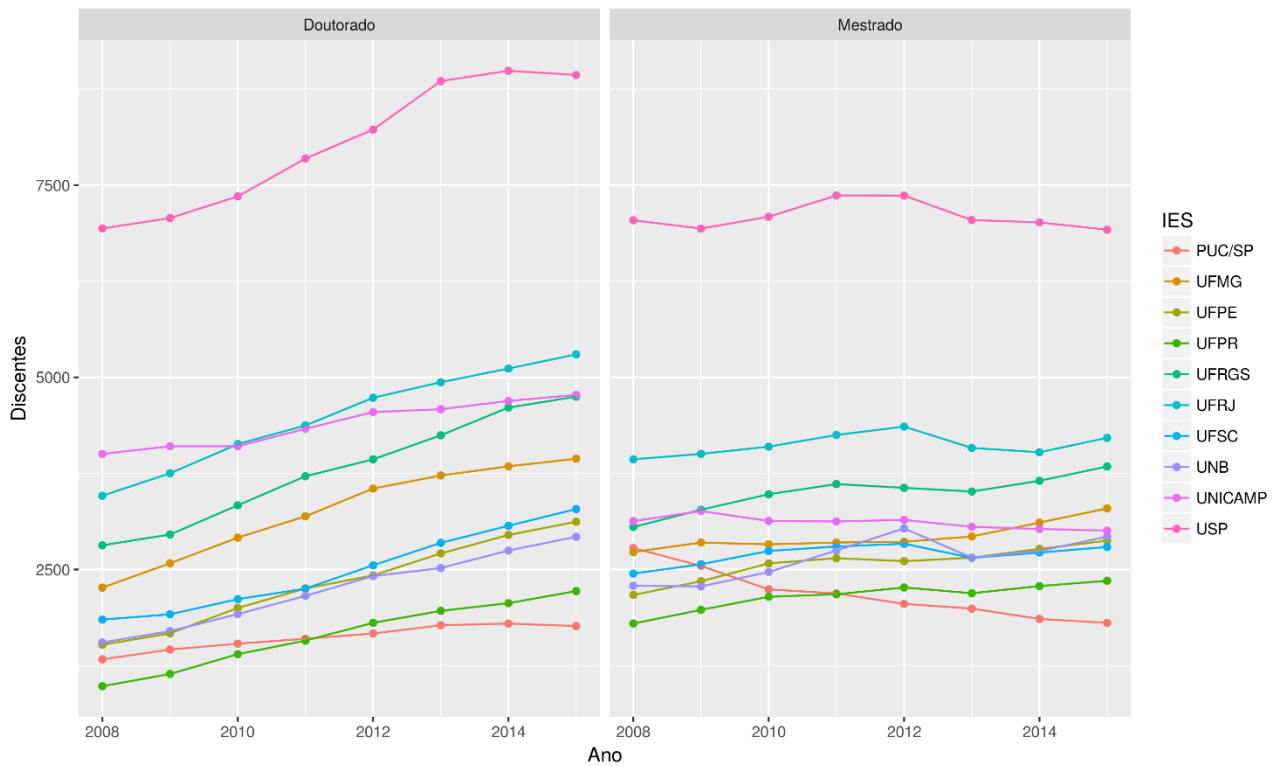
Docentes na Pós-Graduação da UFRJ, por ano



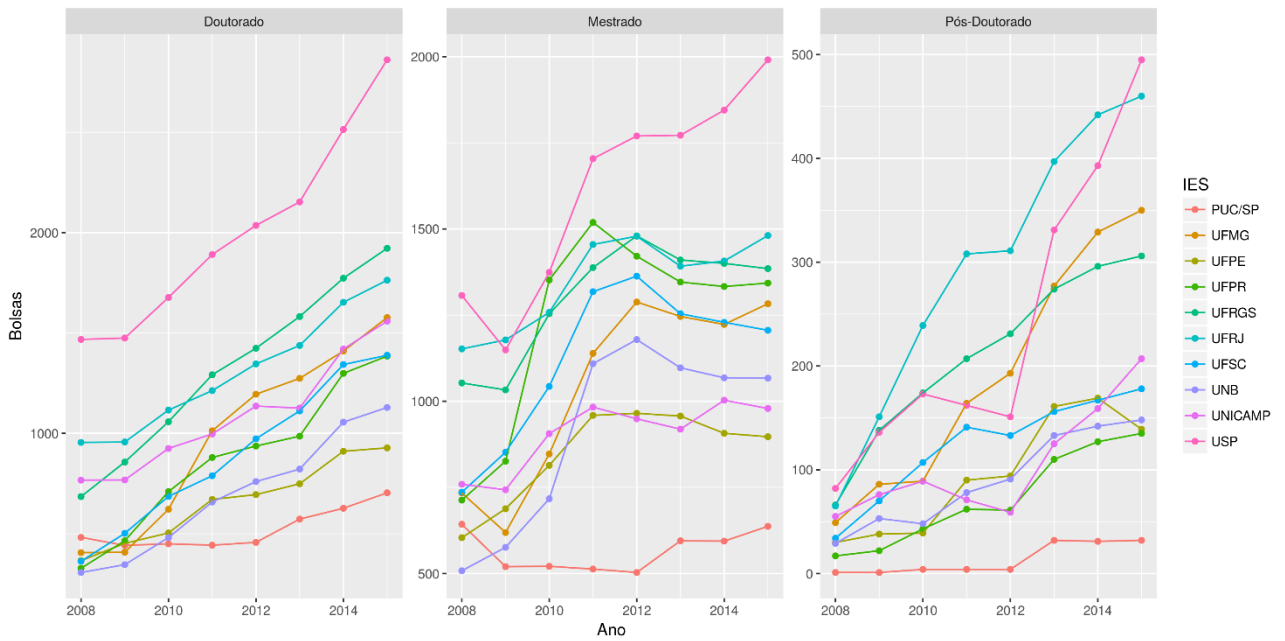
Discentes na Pós-Graduação da UFRJ, por ano



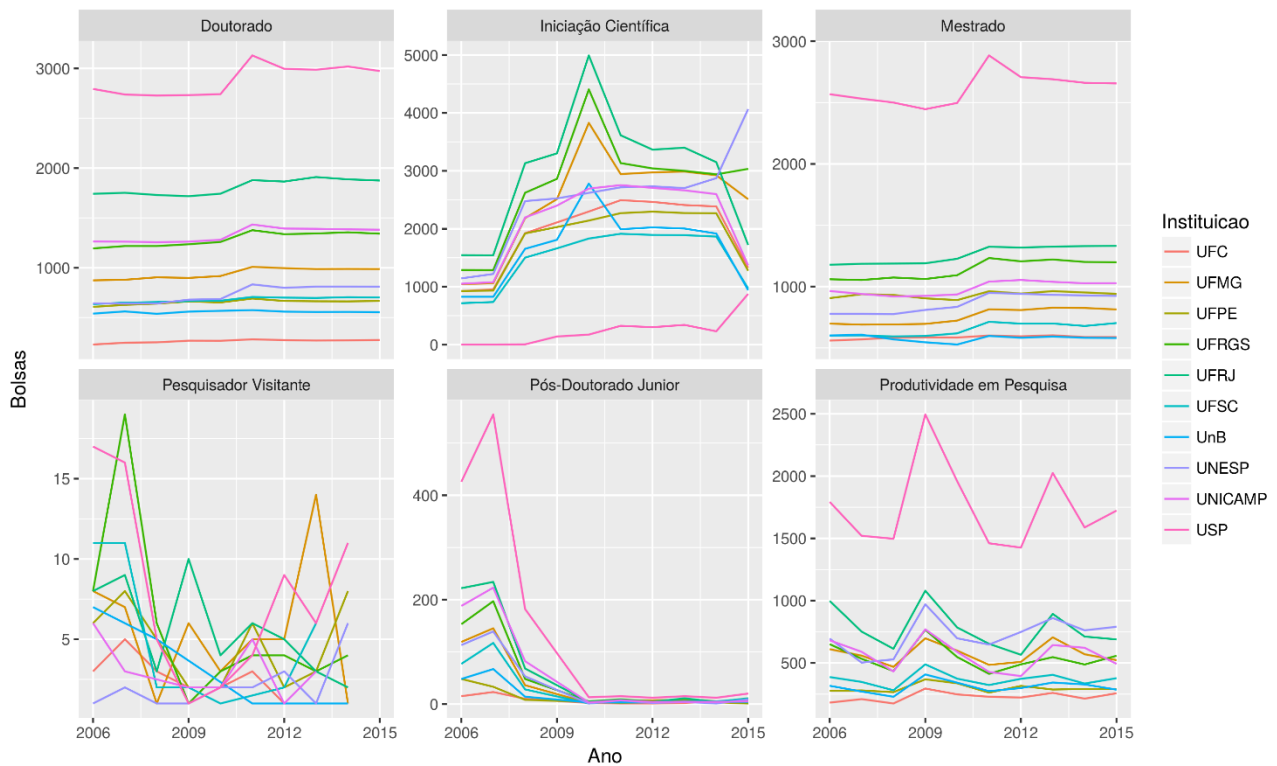
5.2. Número de discentes por IES (GeoCAPES)



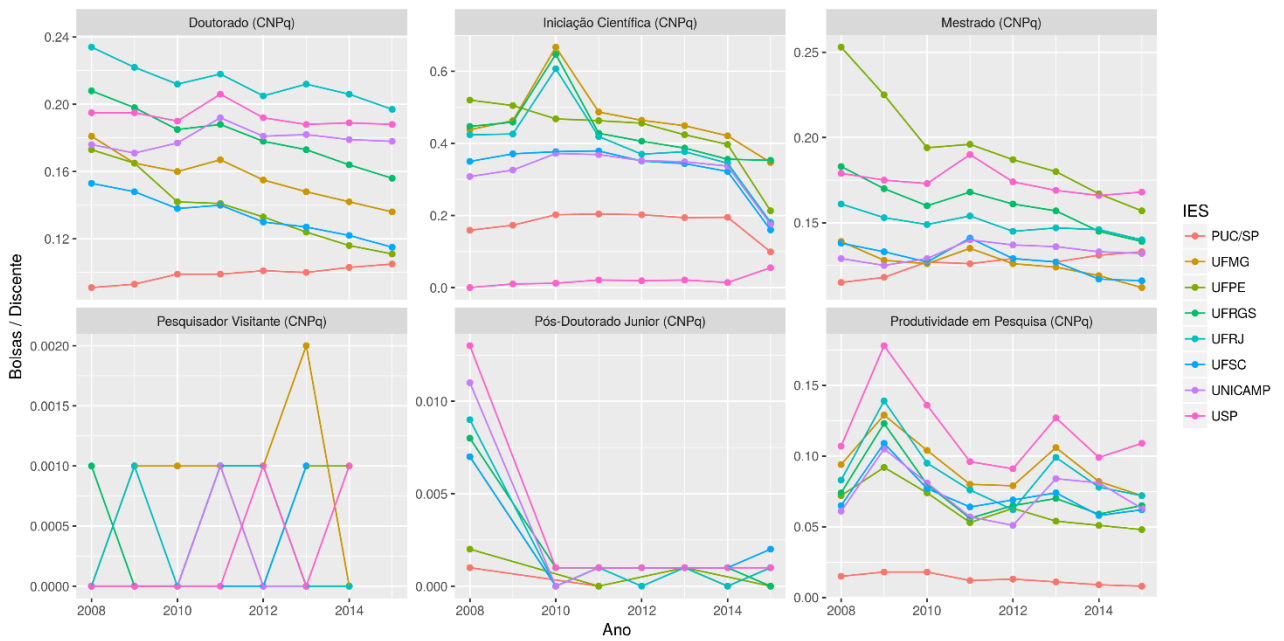
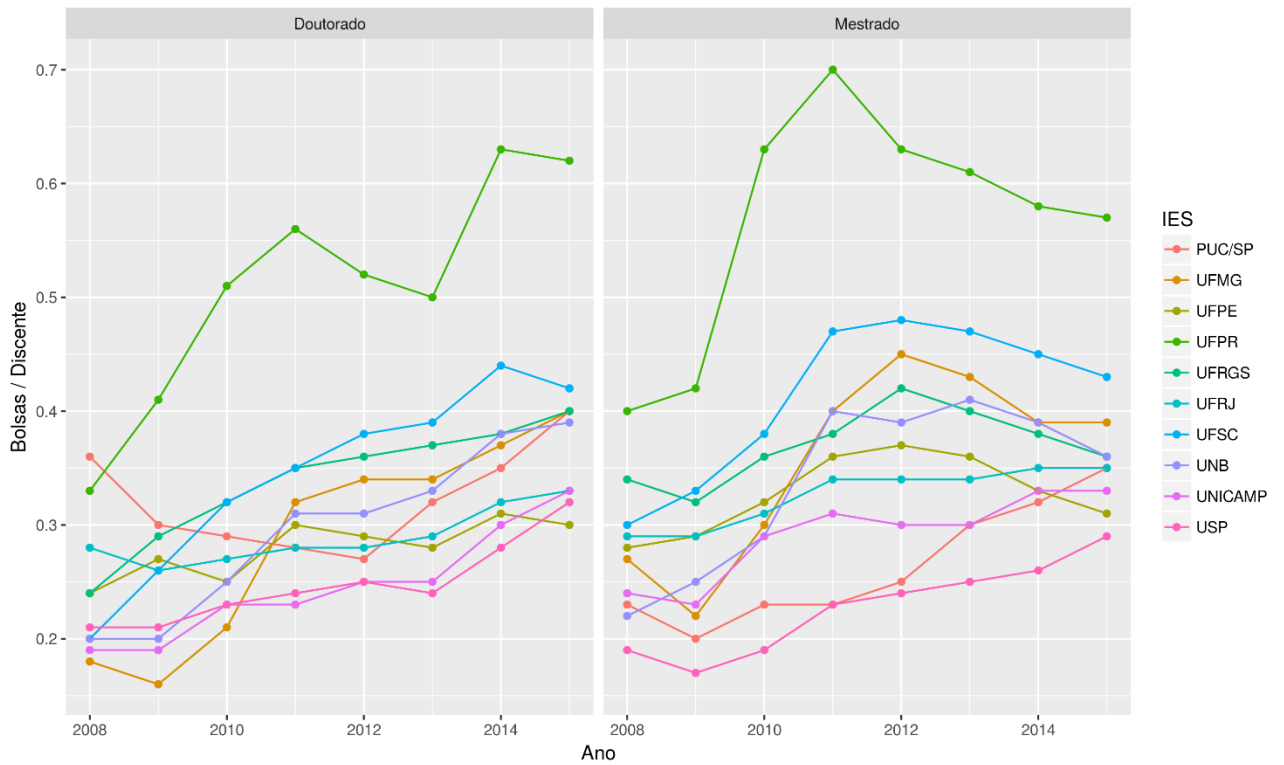
5.3. Número de bolsas CAPES concedidas (GeoCAPES)



5.4. Número de bolsas CNPq concedidas (dados abertos CNPq)



5.5. Razão bolsas por discente, por ano, por IES (10 maiores)



ANEXOS

Portaria nº 321, 5 de abril de 2018, a qual dispõe sobre a avaliação da pós-graduação stricto sensu



Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 318, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, considerando o disposto na Portaria nº 17, de 7 de fevereiro de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada à Secretária-Executiva do Ministério da Educação - SE-MEC a competência para autorização de que trata o § 2º do art. 1º da Portaria MPDG nº 17, de 2018, no âmbito do Ministério da Educação - MEC.

Art. 2º Fica subdelegada aos dirigentes máximos das entidades autárquicas e fundacionais vinculadas ao MEC a competência para autorização disposta no § 2º do art. 1º da Portaria MPDG nº 17, de 2018, vedada a subdelegação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 319, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 108/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201701397.

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade de Ciências da Saúde IGESP, a ser instalada na rua da Consolação, nº 1025 - de 1101 a 2459 - lado ímpar, Bairro Consolação, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pela IGESP Educação e Saúde Ltda. (CNPJ 25.046.750/0001-25).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 320, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 60/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201601772.

Art. 2º Fica credenciada a FACULDADE IMESP MONITOR - IMESP, a ser instalada na Av. Rangel Pestana, Nº 1105, bairro Brás, no município de São Paulo, estado de São Paulo, mantida pelo Instituto Monitor LTDA - EPP (CNPJ 60.943.974/0001-30).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 321, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a avaliação da pós-graduação stricto sensu.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e considerando a necessidade de atualizar a regulamentação do art. 46 da Lei nº 9.394, de 1996, no que se refere ao processo regular de avaliação dos programas da pós-graduação stricto sensu, assim como os requisitos para a validade nacional dos respectivos diplomas, resolve:

Art. 1º O desempenho dos programas de pós-graduação stricto sensu será avaliado em termos do padrão mínimo exigível para seu pleno funcionamento, para a validade do ensino ministrado e do diploma registrado.

§ 1º A qualidade atribuída mediante processo de avaliação fundamentará a aprovação ou a não aprovação, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior - CAPES, dos programas de pós-graduação stricto sensu.

§ 2º Os programas avaliados pela CAPES estarão sujeitos ao reconhecimento pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação - CES-CNE, e à homologação do Ministro de Estado da Educação, o que os caracterizará como programas regulares.

Art. 2º Os programas regulares que estiverem em funcionamento serão avaliados periodicamente pela CAPES.

Parágrafo único. O resultado e os relatórios da avaliação periódica serão disponibilizados à CES-CNE e ao Ministro de Estado da Educação, conforme disposto no § 2º do art. 1º.

Art. 3º A avaliação de cursos novos e a avaliação periódica de programas regulares serão realizadas segundo critérios e indicadores estabelecidos e aferidos pela CAPES.

Art. 4º As avaliações dos programas regulares e de cursos novos serão realizadas por comissões constituídas pela CAPES, compostas por especialistas de reconhecida competência.

Art. 5º Os diplomas de mestrado e doutorado expedidos por programas regulares terão validade nacional e estão aptos à produção dos seus efeitos legais.

Art. 6º Considerar-se-ão válidos nacionalmente os títulos expedidos aos discentes regularmente matriculados em programas de pós-graduação stricto sensu que tenham solicitado sua desativação ou aqueles programas desativados após avaliação periódica.

Art. 7º A CAPES expedirá normas complementares relacionadas a critérios, procedimentos, periodicidade e outros aspectos relacionados à operacionalização das avaliações de que trata esta Portaria.

Art. 8º Ficam revogadas as Portarias MEC nº 2.264, de 19 de dezembro de 1997, e nº 1.418, de 23 de dezembro de 1998.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 327, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a Política de Gestão de Bolsas do Ministério da Educação, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, e tendo em vista a necessidade de disciplinar o processo de gestão de bolsas no âmbito do Ministério da Educação - MEC, resolve:

Art. 1º É instituída a Política de Gestão de Bolsas no âmbito do MEC, na forma do Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Esta Portaria se aplica ao MEC e às seguintes entidades:

I - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

II - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e

III - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Art. 2º As entidades vinculadas mencionadas no art. 1º deverão observar as disposições contidas na Política ora instituída, por ocasião da elaboração ou atualização de suas políticas e programas, normativos, sistemas, manuais operacionais, códigos de conduta e outros instrumentos que regulem a concessão e pagamento de bolsas no âmbito deste Ministério.

§ 1º A Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Educação - AECI-MEC prestará apoio e orientação técnica às Unidades Administrativas deste Ministério visando o cumprimento da determinação contida no caput.

§ 2º As Auditorias Internas das entidades vinculadas prestarão apoio e orientação técnica às suas respectivas Unidades Administrativas visando o cumprimento da determinação contida no caput.

Art. 3º Em face da complexidade, abrangência e capilaridade das políticas públicas e programas sob responsabilidade do MEC, a Política se aplicará somente aos processos autuados a partir da data de sua vigência que envolvam a previsão de pagamento de bolsas a seus participantes ou beneficiários.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

ANEXO

POLÍTICA DE GESTÃO DE BOLSAS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, CONCEITOS E ABRANGÊNCIA

Art. 1º A Política de Gestão de Bolsas do Ministério da Educação - MEC se constitui na declaração das intenções e diretrizes gerais relacionadas ao planejamento, à concepção, à formalização, à concessão e ao pagamento de bolsas vinculadas à consecução dos planos, metas, estratégias, ações, objetivos, programas, projetos e atividades relacionadas às políticas públicas educacionais no âmbito do Ministério da Educação - MEC.

Art. 2º As disposições desta Política deverão ser observadas na elaboração de programas e ações educacionais que prevejam a concessão de bolsas, assim como por todos os órgãos e entidades responsáveis pela gestão de bolsas custeadas com recursos de ações orçamentárias do MEC e entidades vinculadas.

Art. 3º Para os efeitos desta Política, considera-se:

I - bolsa: doação condicional a pessoa física, de caráter temporário, sob a forma de pecúnia ou benefício, com o objetivo de fomentar as políticas públicas educacionais;

II - tipologia: classificação das bolsas conforme suas características e finalidades:

a) formação: incentivo às formações acadêmica e profissional, atualização e capacitação de docentes, pesquisa e extensão. Essa tipologia se divide em dois subtipos:

i. formadores: a concessão da bolsa é condicionada à prestação de um serviço de formação;

ii. formandos: a concessão da bolsa se dirige àqueles que receberão a formação;

b) permanência: incentivo concedido visando a permanência do beneficiário nas atividades do programa ou política pública;

c) apoio: incentivo ao desenvolvimento de ações de política, programa ou ação educacional, em âmbito estadual, regional, municipal, local ou institucional;

III - bolsista: pessoa física beneficiária de bolsas no âmbito dos programas e políticas de responsabilidade do MEC e de entidades vinculadas;

IV - adesão: concordância com as normas e compromisso com o desenvolvimento das ações do programa ou política pública;

V - inscrição: manifestação de interesse do candidato em participar de políticas e programas do MEC e de entidades vinculadas que envolvem a concessão de bolsa;

VI - seleção: processo de escolha dos candidatos à concessão da bolsa;

VII - concessão: outorga de bolsa a pessoa física habilitada no âmbito das políticas e programas do MEC e de entidades vinculadas;

VIII - implementação: validação, ativação e vinculação de cadastro de beneficiário de políticas e programas em sistemas de gestão de bolsas do MEC e de entidades vinculadas; e

IX - renovação: prorrogação de vigência da bolsa.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 4º A gestão de bolsas no âmbito do MEC observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, e ainda ao seguinte:

I - transparência dos processos de seleção, concessão e pagamento dos bolsistas; e

II - alinhamento com as necessidades de execução das políticas públicas educacionais;

Art. 5º A gestão de bolsas no âmbito do MEC deverá observar os seguintes requisitos:

I - estar integrada aos processos de planejamento das políticas públicas educacionais;

II - ser sistemática e estruturada; e

III - ser dinâmica, interativa e transparente.

Art. 6º São objetivos da política de gestão de bolsas:

I - assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis, tenham acesso tempestivo a informações confiáveis quanto à concessão e ao pagamento das bolsas e seu reflexo nos resultados dos planos, das metas, das estratégias, das ações, dos objetivos, dos programas, dos projetos e das atividades relacionadas às políticas públicas sob responsabilidade do MEC;

II - contribuir para a otimização dos recursos destinados ao pagamento de bolsas;

III - fornecer instrumentos que auxiliem o alcance dos objetivos e metas das políticas e programas educacionais; e

IV - padronizar os requisitos e procedimentos para gestão de bolsas no âmbito do MEC e suas entidades vinculadas.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES

Art. 7º O processo de formulação de programas e políticas públicas educacionais que preveja bolsas deverá considerar, objetivamente, os riscos e benefícios a eles associados por meio da elaboração de estudos técnicos prévios que subsidiarão a decisão acerca da concessão de bolsas.

Parágrafo único. Os estudos técnicos deverão demonstrar:

I - a necessidade de bolsa para consecução dos objetivos e metas estabelecidos;

II - a inexistência de outras alternativas de fomento à participação do público-alvo das bolsas;

III - a inexistência de outros programas ou ações educacionais de finalidade, público-alvo e área de abrangência semelhantes;

IV - a clara definição das tipologias, valores e beneficiários das bolsas;

V - as hipóteses de acumulação de bolsas, ressalvadas as vedações expressamente dispostas na legislação vigente;

VI - análise de risco da ocorrência de impactos negativos da concessão de novas bolsas sobre outros programas e políticas educacionais existentes; e

VII - a estimativa de custo do programa e ação orçamentária que custeará as bolsas a serem pagas.

Art. 8º Os programas e políticas educacionais que prevejam a concessão de bolsas deverão conter:

I - definição de valores com base em critérios objetivos para bolsas concedidas em forma de pecúnia;

II - classificação das bolsas previstas nas tipologias definidas no inciso II do art. 3º desta Política;

III - possibilidade de acumulação com outras bolsas, observada a legislação pertinente;

IV - procedimentos de monitoramento das atividades desenvolvidas pelos bolsistas, associadas a metas e aos objetivos do respectivo programa ou política pública; e

V - atribuição de competências e responsabilidades específicas para os agentes envolvidos.

Avaliação da avaliação da pós-graduação brasileira: contribuições do diretório nacional do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (Brasília, 10 de novembro de 2017)



**AVALIAÇÃO DA AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA:
CONTRIBUIÇÕES DO DIRETÓRIO NACIONAL DO FÓRUM NACIONAL DE
PRÓ-REITORES DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

A avaliação da pós-graduação é um dos temas centrais da agenda de discussão e de trabalho do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, tendo em vista que o FOPROP congrega cerca de 250 instituições brasileiras que ofertam programas pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Especialmente em 2017 (ano do fechamento da avaliação quadrienal), a avaliação foi assunto em inúmeras reuniões e eventos organizados pelo Fórum, cabendo destaque para (i) o seminário realizado na Capes em 16 de fevereiro de 2017 envolvendo o FOPROP, a DAV e o CTC-ES; (ii) os encontros regionais e nacional (ENPROP) do Fórum e (iii) as reuniões do Diretório Nacional com a Presidência da Capes e com a Diretoria de Avaliação. Além disso, o Fórum foi convidado a estar presente e debater o tema da avaliação em inúmeras reuniões de diversas entidades e associações. Por fim, no dia 01 de novembro de 2017, o Diretório Nacional esteve reunido com a Diretoria de Avaliação (DAV) para apresentar e discutir os pontos e as contribuições que emergiram ao longo do processo. Concluída a avaliação quadrienal 2013-2016, o Fórum defende a necessidade de repensar e redefinir a avaliação da pós-graduação.

Enquanto entidade que congrega e representa a quase totalidade das instituições brasileiras que ofertam pós-graduação, o FOPROP entende que deve participar e contribuir com o atual momento de análise e redefinição da avaliação da pós-graduação. Os itens abaixo, apresentados de forma sintética, refletem o

que o Fórum julga ser a síntese de pontos que devem ser considerados no atual processo de redefinição e aprimoramentos.

1. Assimetrias e desigualdades (intra/inter) regionais

O desenvolvimento da pós-graduação no país não é recente, mas seu desenvolvimento tem sido desigual. Comparada com a de outros países sul-americanos, ela já está consolidada, mas o comparativo entre as regiões mostra que há grandes diferenças entre as grandes regiões e entre os estados da federação.

Muitas das universidades estruturaram sua pós-graduação nos últimos 20 anos, sendo que as mais consolidadas também tiveram um fortalecimento de seus Programas a partir da década de 1980. Desta forma, o retrato da pós-graduação no país reproduz um quadro de grande heterogeneidade, também observado em outros setores da sociedade brasileira. Diante disso, colocam-se as seguintes questões: ***devemos ter um mesmo instrumento para avaliar todos os programas? Posto de outra forma, será que deve existir apenas um tipo de Avaliação para um amplo, diverso e variado sistema de Pós-Graduação?***

A avaliação feita hoje, com os mesmos critérios e métricas para todos os programas, reproduz as históricas desigualdades entre as regiões e microrregiões do país. As condições para o funcionamento de um programa em São Paulo são muito distintas das de um sediado no Amapá, em que a distância dos centros de excelência impede a formação de quadros docentes, aptos a atuarem na pós-graduação. Entretanto, a ficha de avaliação desconsidera o quesito da regionalidade e a importância do programa para o desenvolvimento regional. A fixação de doutores, sobretudo nos *campi* do interior, é um desafio imenso, e a presença e/ou ausência da pós-graduação tem um peso decisivo sobre a decisão dos docentes em permanecer na IES. Dessa forma, ainda que os critérios de avaliação **devam ser os mesmos**, os pesos a serem atribuídos aos quesitos devem ser alterados, a partir da consideração dos aspectos regionais.

2. Impactos (papel) da pós-graduação no desenvolvimento do país e das regiões

O papel da pós-graduação deve medir a formação e a qualificação de profissionais, mas também os impactos econômicos e sociais, decorrentes do avanço do conhecimento, que podem transformar nações. Países do OCDE já investem mais de 2% do seu Produto Interno Bruto (PIB) em Ciência e Tecnologia (C&T), e países com forte comprometimento com a construção de uma sociedade baseada no conhecimento e bem-estar social, como a Alemanha, EUA e alguns países asiáticos pretendem investir 4% do PIB em C&T nos próximos anos.

No Brasil, a grande maioria da produção de conhecimento se concentra em universidades públicas e privadas, apoiadas nos Programas de Pós-Graduação (PPGs). Em países mais consolidados do ponto de vista de pesquisa e pós-graduação, o pós-doutorado é provavelmente o nível fundamental do sistema.

No caso da Avaliação da CAPES a produção docente e discente tem grande peso na atual avaliação, todavia a pós-graduação deve atender e responder a mais de um propósito. A produção científica e técnica é uma das suas dimensões, mas é necessário que os impactos positivos da presença da pós-graduação na formação e no desenvolvimento das regiões seja considerado como fator fundamental e como um “conteúdo real” que os números nem sempre traduzem. A atual ficha de avaliação contempla a relevância social, mas não há parâmetros que permitam mensurá-la de forma efetiva.

3. Equilíbrio entre as dimensões “quantitativas” e “qualitativas” da avaliação

Prevalece uma concepção quantitativa na avaliação e o peso numérico estimula os programas a buscar uma prática “produtivista” exagerada que, em muitos casos, resulta em produção de baixa qualidade e de baixo impacto. O “produtivismo”, quando transformado em cultura acadêmica no interior dos programas, tende a negligenciar a fundamental importância da formação do pós-

graduando. Nessa perspectiva, quantas dissertações e teses resisitiriam a uma avaliação qualitativa? Uma avaliação que valorize mais os aspectos qualitativos dos programas exige revisão dos quesitos de avaliação.

4. Fortalecimento da dimensão formativa da pós-graduação. Focar a qualidade da formação.

Não se pode ignorar que a formação de qualidade e a busca da excelência devem ser os eixos fundamentais da pós-graduação. Mas, ao se valorizar em demasia os índices quantitativos do processo de avaliação estabelecido pelas Áreas, invertem-se as prioridades, dando-se mais valor os produtos do que ao processo de formação. O “produtivismo” tem levado a grande maioria dos programas a priorizar a publicação em detrimento da formação. Os estudantes são pressionados a publicar sem ter construído um domínio mínimo sobre o campo e os objetos (temas) de pesquisa em que estão inseridos. Muitos concluem os cursos sem terem aprendido a elaborar um projeto em condições de serem submetidos a um edital ou a uma agência.

5. Expansão planejada a partir de um Plano Institucional de Desenvolvimento da Pós-Graduação

A expansão da pós-graduação deve continuar sendo uma política de Estado. Tem havido uma proliferação de programas, com linhas de pesquisa repetidas e com baixa inovação. Muitos programas são cópias uns dos outros, e há forte presença de docentes em mais de um PPG dentro de uma mesma IES e em uma mesma Área de Conhecimento. Em algumas IES há que se proceder uma saudável e desejada fusão de programas. ***As instituições precisam (re)assumir o planejamento de sua pós-graduação.*** Há que se elaborar um Projeto Institucional de Desenvolvimento e Avaliação da Pós-Graduação. Não delegar tudo para a CAPES.

6. Dimensionar melhor os impactos do programa na sociedade via egressos

Os egressos dos programas têm peso reduzido na avaliação. O principal “produto” ou resultado de um programa é a formação de profissionais, pessoas, lideranças. É fundamental dimensionar a atuação dos egressos no mundo do trabalho e nos demais espaços onde atuam. Produção acadêmica, técnica e tecnológica, inserção profissional, liderança exercida, são aspectos a serem avaliados. Portanto, faz-se necessário o desenvolvimento de um mecanismo de acompanhamento dos egressos no âmbito da Plataforma Sucupira.

7. Ampliação dos estratos de avaliação (Notas) e tempos distintos para avaliação dos estratos

O sistema atual de acreditação utiliza poucos estratos para discriminar milhares de PPGs. Com isso, há uma concentração indesejada de PPG em um mesmo estrato sem que haja uma devida separação por desempenho. Assim, a magnitude do sistema e a enorme complexidade demandam ampliar os estratos. Atualmente, a Nota 3 é a mínima exigida para recomendação (curso não consolidado); Nota 4 diz respeito a curso em consolidação; Nota 5, consolidado e Notas 6 e 7, cursos de excelência. Não há necessidade de avaliar programas 06 e 07 a cada quatro anos. Conforme mencionado no item 1, seria importante definir a missão do Programa e, a partir daí, estabelecer sua nota.

8. Importância da avaliação de “meio termo” e da auto-avaliação

Investir na avaliação de “meio termo”, pois ela produz importantes resultados (avaliação processual). As instituições e os programas devem ser incentivados e orientados pela CAPES a fazer a auto-avaliação, podendo ser, inclusive, ser incorporada como um estágio ou um momento da avaliação.

9. A avaliação de ingresso (recomendação do programa) não pode ser a mesma de programa em funcionamento

A avaliação para o ingresso no sistema (cursos novos - APCNs) não deveria se dar com base nas exigências de um programa em funcionamento. A avaliação de

ingresso deveria ser apenas “recomendado” ou “não recomendado”. Não há necessidade de atribuir nota no início.

10. Diferenciação da avaliação por estratos e por outros critérios

Não é salutar para o SNPG uma única avaliação para todos os programas e todos os níveis. A avaliação centrada na qualidade “igual para todos” considera de forma insuficiente as assimetrias e as desigualdades históricas entre as regiões e microrregiões do país, bem como as especificidades e missões de cada PPG. Além disso, programas com 15 docentes não deveriam ser avaliados da mesma maneira que programas com 60 ou mais docentes.

11. Reorganização das Áreas de Avaliação do CTC

Há necessidade de uma reflexão sobre a definição das Áreas de Avaliação da CAPES. Atualmente são 49, de forma que há nítida sobreposição de áreas de conhecimento, pouca atenção à interdisciplinaridade, que aliás, por ter uma área específica, não se justifica, já que praticamente as pesquisas atuais são de caráter inter- ou mesmo transdisciplinares. O que se observa é a construção de “feudos”, definidos artificialmente por interesses pessoais ou de grupos. É possível fundir Áreas sem qualquer prejuízo. Ao invés de ampliar a avaliação pela especificidade, é melhor avaliar por meio de áreas mais homogêneas e abrangentes. A expansão das áreas dificulta e faz emergir culturas avaliativas muito distintas.

12. Desconcentração do poder do CTC – ES

O processo de avaliação é complexo e multidimensional. Em algumas situações, são criados domínios hierárquicos de competência, sem quaisquer referenciais internacionais, o que leva a classificações artificiais e sem reconhecimento internacional. No CTC-ES habitam e concorrem (disputam) inúmeras áreas de conhecimento e culturas acadêmicas e científicas. As relações de poder no CTC são assimétricas. As chamadas áreas “duras”, por terem muitas vezes referenciais internacionais comuns mais consolidados e aceitos,

sobrepõem-se às áreas das humanidades e ciências sociais aplicadas. A ficha de avaliação que acaba tendo um peso importante na política de pós-graduação do Brasil, precisa ser aperfeiçoada. Os três Colégios que integram o CTC poderiam funcionar como câmaras, podendo funcionar como primeira instância de avaliação.

13. Adoção de novos instrumentos e formas de escolha dos Coordenadores de Áreas

Há necessidade de aperfeiçoamento da forma de escolha dos Coordenadores de Área. Uma alternativa interessante e que já vem sendo utilizada para o preenchimento de cargos de Diretores de Institutos Nacionais de Pesquisa do MCTI é o “Comitê de Buscas”. Nota-se muitas vezes um viés corporativo nas indicações por parte dos PPGs, o que não é recomendável. É necessário também oxigenar e abrir algumas áreas.

14. Redimensionamento (ampliação) das visitas e diligências

As visitas cumprem um papel muito importante na relação entre o programa, a instituição e a Coordenação de Área da Capes. Trata-se de um aprendizado mútuo de grande valor. A Plataforma Sucupira não traduz a dinâmica cotidiana do programa na instituição e na região. As regiões mais distantes raramente são contempladas com visitas. As visitas são mais facilmente aceitas e realizadas nos estados e cidades das regiões Sudeste e Sul.

15. Extinção da distinção entre docente permanente e docente colaborador

Um PPG é composto por um Corpo Docente que deve estar comprometido com a qualidade de formação dos pós-graduandos. Portanto, criar hierarquias dentro de um PPG não nos parece sensato. A função e atuação do docente devem estar explicitadas na Proposta do Programa e, em hipótese alguma, deveriam pesar negativamente na Avaliação. Um Docente pode ter um papel fundamental na formação dos pós-graduandos, sem, entretanto, ter a exigência de atingir indicadores de produção de excelência. São coisas complementares e não

excludentes. A produção de um PPG deve ser avaliada por um “core” de docentes que participa diretamente na orientação de alunos.

16. Mudanças no sistema Qualis

O Qualis exerceu um papel importante no sentido de permitir a comparação da produção por Áreas distintas. Por exemplo, um produto A1 em uma Área de Avaliação deveria ter o mesmo reconhecimento em outra área, ou seja, tratar-se-ia de uma produção de excelência de equivalente internacional. Entretanto, o que se viu consolidar nos últimos anos foi um distanciamento de referenciais internacionais já consolidados e aceitos. Algumas áreas criaram artificialmente uma classificação da sua produção mais qualificada desconectada com o mundo, criando um cenário fictício de internacionalização. Em alguns casos, produções dentro de uma Área foram desconsideradas por “não terem aderência àquela Área de Avaliação”. Isso é um completo absurdo em um mundo onde as pesquisas são cada vez mais interdisciplinares. Outras “invenções” resultaram em equações de forma a dividir índices de Impacto de outras áreas. Ou seja, um disparate em relação a indicadores internacionais e no sentido de se criar uma “Produção da Nossa Área”. Isso não é aceitável. Se nos distanciarmos de mecanismos de classificação existentes e reconhecidos internacionalmente, podemos sinalizar para uma direção que nos leve a uma situação de isolamento e não reconhecimento do processo de avaliação. Seria também oportuno trabalhar inicialmente na construção de um “Qualis” mais unificado por grandes áreas. A alteração da classificação do Qualis produz prejuízos enormes aos programas. A classificação deve perdurar mais tempo.

17. Avaliação centrada no mérito

Algumas áreas tendem a atribuir aos programas avaliados pela primeira vez (avaliação quadrienal) o mesmo conceito obtido no momento da recomendação por estarem em “consolidação”, mesmo obtendo "Bom" e "Muito bom" em muitos itens. A Portaria nº 59/2017, em especial, na sua seção 2.2, que trata das

orientações para atribuição das notas, não estabelece isso. Nada consta na referida portaria que um programa, avaliado pela primeira vez, receberá a mesma nota de quando foi recomendado por estar "em consolidação".

18. Revisão da decisão do CTC de que programas de mestrado Nota 3 não podem ter doutorado aprovado no quadriênio

A avaliação deve ser centrada no mérito. Há programas novos com Nota 3 que apresentam grande desempenho, decorrente dos investimentos que as instituições e os docentes fazem. Essa orientação do CTC afeta principalmente as IES mais novas, que são obrigadas a implantar os doutorados em virtude da RES. 03, do Conselho Nacional de Educação.

19. Convergência entre o Fomento e a Avaliação

O financiamento da pós-graduação foi - e deve continuar sendo - uma dimensão essencial da qualificação da pós-graduação. O fomento aos cursos novos é tão importante quanto o destinado aos programas mais antigos e consolidados. É necessário, no entanto, reduzir distorções no fomento. A Diretoria de Programas e Bolsas (DPB) deve prosseguir e aprofundar o trabalho que vem sendo realizado de identificar e corrigir distorções na distribuição de bolsas e de recursos do PROAP e PROEX. O fomento deve ser diferenciado entre os estratos (notas dos programas), mas é preciso considerar que o SNPG cresceu muito na última década. Os cursos novos precisam do fomento para se consolidarem. Ainda há distorções na distribuição dos recursos entre os cursos mais antigos e cursos implantados nos últimos anos.

Brasília, 10 de novembro de 2017

Diretório Nacional do FOPROP

Considerações sobre o processo de avaliação da pós-graduação da CAPES: Contribuição da Academia Brasileira de Ciências (2018)



ACADEMIA
BRASILEIRA
DE CIÊNCIAS

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O
PROCESSO DE AVALIAÇÃO
DA PÓS-GRADUAÇÃO DA
CAPES**

*Contribuição da Academia Brasileira de
Ciências*

2018

**PRESIDENTE**

Luiz Davidovich

VICE-PRESIDENTE

João Fernando Gomes de Oliveira

VICE-PRESIDENTES REGIONAIS

Roberto Dall'Agnol (Norte)

Cid Bartolomeu de Araújo (Nordeste & Espírito Santo)

Mauro Teixeira (Minas & Centro-Oeste)

Lucia Mendonça Previato (Rio de Janeiro)

Oswaldo Luiz Alves (São Paulo)

João Batista Calixto (Sul)

DIRETORES

Elibio Leopoldo Rech Filho

Francisco Rafael Martins Laurindo

Hilário Alencar da Silva

José Murilo de Carvalho

Marcia Cristina Bernardes Barbosa

COMITÊ ASSESSOR

Débora Foguel

Fernando Garcia de Mello

Jacob Palis Junior

Lindolpho de Carvalho Dias

Lucia Mendonça Previato

GRUPO DE REDAÇÃO

Adalberto Ramón Vieyra

Débora Foguel

João Fernando Gomes de Oliveira

Jorge Almeida Guimarães

Luiz Bevilacqua

Sandoval Carneiro Junior

WWW.ABC.ORG.BR



abciencias



academiabrasciencias

#ABCIÊNCIAS | #TODOSPELACIÊNCIA

I. Considerações Preliminares.

Primeiramente faz-se necessário reconhecer o que significou, para a ciência brasileira, a existência de um modelo de Programas de pós-graduação bem estruturados. Ainda que o país apresente fragilidades na educação básica e no ensino superior, é na pós-graduação que nossos resultados têm sido destacados e reconhecidos internacionalmente. Além da qualificação profissional de docentes e pesquisadores, o crescente desempenho da pós-graduação brasileira tem tido um impacto direto na produção científica nacional. O rápido crescimento, tanto na formação de pessoal altamente qualificado em nível de pós-graduação, como em publicação de artigos científicos é mais bem apreciado quando recordamos que a primeira dissertação de mestrado defendida em um curso de pós-graduação no país ocorreu em 1963 e o primeiro doutorado ao final dessa mesma década. Em um período de menos de sessenta anos o país foi capaz de construir um sistema de pós-graduação que se tornou referência em nível mundial.

A eficiência do modelo operacional instalado na pós-graduação determinou outros desdobramentos em políticas públicas, configurando nosso complexo Sistema Nacional de Pesquisa. Destacamos a seguir alguns desses desdobramentos:

1. A ampliação da pós-graduação que vem ocorrendo, principalmente, a partir das Universidades públicas, levou, também, a uma **ampliação do sistema de Universidades Federais**. Tanto em quantidade como em distribuição, enorme progresso foi feito nas últimas décadas, em especial na primeira década do século XXI. Em termos de número, o total de campi mais do que dobrou e, em distribuição geográfica, houve um considerável crescimento, sobretudo em regiões previamente desassistidas.

2. O aumento do número de doutores atuando no país, juntamente com o aumento dos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado), demandou a **criação de programas de bolsas de estudo** implantados tanto pelo governo federal como também pelas fundações estaduais de apoio à pesquisa. Hoje, as bolsas de estudo e pesquisa atendem alunos do ensino médio, graduandos em iniciação científica, pós-graduandos em nível de mestrado e doutorado, e pesquisadores tanto em nível de pós-doutorado como aqueles merecedores de bolsas de produtividade em pesquisa.

3. O **Programa Nacional de Incubadoras e Parques Tecnológicos** é outro subproduto que merece ser citado, uma vez que já propiciou a criação de mais de 400 incubadoras de empresas e quase uma centena de iniciativas associadas aos Parques Tecnológicos. Este programa, e outros por ele inspirados, tem favorecido o empreendedorismo tecnológico e social. E, em consequência, a **formação de empreendedores científicos, tecnológicos e sociais** mais e mais passa a ser também um dos objetivos da pós-graduação brasileira.

4. Outra iniciativa que resultou dos avanços da PG é a **Plataforma Lattes do CNPq**, que reúne em detalhe o currículo vitae de todos os cientistas e pesquisadores nacionais. São mais de três milhões de currículos que dão acesso e transparência às atividades destes profissionais. Os dados da Plataforma Lattes cobrem não apenas os pesquisadores profissionais atuantes na ciência, mas, também, estudantes de pós-graduação e de graduação.

5. O **Programa de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPq** é outro desdobramento de grande destaque e sucesso existente no Brasil desde os anos 1950 e que constitui a base de alimentação da pós-graduação brasileira. A inserção de estudantes de graduação em laboratórios ajuda a despertar e estimular vocações para a ciência; e contribui também para integrar essa etapa de formação com a pós-graduação. Mesmo que estes estudantes não se insiram depois no mundo da pesquisa, tornam-se sem dúvida profissionais com outra visão em suas carreiras.

6. O **Portal de Periódicos da CAPES** que abriga uma coleção de obras de referência e de periódicos sem paralelo em abrangência no mundo, com mais de trinta e sete mil periódicos assinados cobrindo todas as áreas do conhecimento, tem sabidamente um elo direto com a pós-graduação. E tem contribuído para tornar realidade o acesso imediato e igualitário à informação científica, inclusive nos mais remotos lugares do País.

O segredo do sucesso da pós-graduação reside, sobretudo, no processo de **avaliação da CAPES**, introduzido no Brasil há mais de 40 anos. Essa avaliação garantiu progressos extraordinários da nossa ciência, na qualificação de recursos humanos e na capacitação de 38 mil grupos de pesquisa Brasil afora. Também fruto desse progresso científico e da formação de quadros qualificados na pós-graduação, existem casos bastante específicos de avanços tecnológicos logrados pelo país e reconhecidos internacionalmente.

Cabe citar algumas áreas onde o Brasil se tornou líder mundial em geração de conhecimento: medicina tropical, odontologia, parasitologia, agricultura, energia, biocombustíveis e, mais recentemente, na pesquisa sobre o vírus da Zika e microcefalia. Além disso, vários setores tecnológicos nacionais também ocupam posição de destaque e reconhecimento internacional como a exploração de petróleo em águas profundas, agricultura tropical, indústria de papel e celulose, produção de aeronaves, plataformas offshore, indústria mecânica e metalúrgica, biocombustíveis, automação bancária dentre outros. O resultado desse desenvolvimento levou o país a ocupar a 8ª posição no ranking de maior PIB (World Bank 2015) e a 2ª posição no ranking de maior PIB per capita (US \$ 15,359) entre as nações mais populosas. Certamente essas conquistas encontram suas origens no desenvolvimento científico e tecnológico logrado pelo país nas últimas décadas, em especial pela qualificação de quadros e a existência de infraestrutura para pesquisa e desenvolvimento.

Não nos furtaríamos a afirmar que o Brasil dispões do melhor sistema de avaliação da pós-graduação do planeta! Mas, certamente, qualquer processo avaliativo deve ser vivo, já que certos indicadores perdem valor e outros ganham importância, em especial na ciência. Não deve existir um processo avaliativo que seja perene, e, da mesma forma que uma “presa”, com o passar do tempo, cria novos artifícios e camuflagens para escapar do seu “predador”, o processo avaliativo deve ser revisto e revisado buscando-se sempre novas estratégias e indicadores que desafiem o sistema.

II. Análise do Processo Atual de Avaliação da Pós-Graduação pela CAPES e Sugestões de Mudanças.

II.1. Distorções no QUALIS entre as Áreas.

Apesar de termos alcançado os significativos avanços acima relatados, constata-se que a produção de conhecimento em algumas áreas apresenta significativa defasagem em relação às correspondentes produções mundiais. Este quadro se observa mais destacadamente nas engenharias, ciência dos materiais, ciência da computação, artes e ciências humanas, todas com desempenho proporcionalmente baixos no Brasil. Tal defasagem se deve ao fato de que o atual modelo de avaliação apresenta grande nível de heterogeneidade quando se comparam critérios e indicadores entre as áreas. Essa heterogeneidade na avaliação se dá pela valorização intra-áreas de indicadores impróprios ou pouco qualificados para permitir diferenciação adequada entre cursos, o que resulta numa elevada e ilusória proporção de programas com conceitos 6 e 7 nessas áreas. Utilizar indicadores que distorcem a avaliação e conceituação dos programas e, por consequência, das instituições que os hospedam, é uma prática na contramão dos processos utilizados nos diversos rankings mundiais de universidades de que se tem conhecimento. Com efeito, os sistemas de indicadores utilizados por todos os rankings para identificação das chamadas *World Class Universities* (WCU) são baseados em diversos indicadores, mas, invariavelmente, no número de publicações de artigos científicos completos e artigos de revisão, suas citações e fator de impacto ao longo de longos períodos. No caso da CAPES, muitas áreas não baseiam suas avaliações em tais indicadores. Essa imprópria distorção pode ser verificada na listagem dos periódicos no QUALIS de cada área. Nos parece ser oportuno, agora em que estamos repensando o processo de Avaliação, a correção dessas distorções na estrutura do QUALIS de algumas áreas.

Sugestão 1: Homogeneização do QUALIS das Áreas de forma a criar critérios mais homogêneos de qualificação dos veículos de comunicação da produção científica. Uma possibilidade seria a fusão de vários dos QUALIS atuais gerando grandes QUALIS a serem usados por mais de uma Área. Isso permitiria separar a Avaliação

em três ou quatro conjuntos de QUALIS, dando visibilidade adequada às Áreas que propuserem critérios mais rigorosos para avaliação de seus programas tomando como base um QUALIS que valorize as publicações mais qualificadas em cada uma dessas grandes áreas de conhecimentos, conforme os referenciais estabelecidos mundialmente.

II.2. Fator de Impacto x QUALIS.

Outro aspecto a ser considerado é a frequente sugestão de qualificar os programas pelo impacto dos artigos publicados no período avaliado através do fator de impacto, constituindo um contraponto à formatação do QUALIS que é constituído com base no impacto médio dos periódicos onde, de fato, os programas publicaram no período. Essas propostas não levam em conta que o Fator de Impacto só aponta para a melhor qualificação dos artigos oito a dez anos depois de publicados. Para a avaliação de artigos recentes, como se dá na avaliação da pós-graduação (últimos quatro anos), tal indicador, como empregado hoje em dia, tem pouca ou nenhuma aplicabilidade e daí a opção pelo impacto das revistas nas áreas que assim o utilizam.

***Sugestão 2:** Estruturar o QUALIS com base nas revistas em que os programas publicaram naquele período.*

II.3. Inserção de novos indicadores que mensurem a qualidade da produção dos Programas.

Aos indicadores quantitativos (número de artigos/livros/obras publicados/produzidas, fatores de impacto, número de citações, etc.), deve-se, agora, privilegiar também a **qualidade** daquilo que é produzido pelos programas, pela ótica dos próprios programas.

Nesse sentido, uma importante mudança que poderia ser inserida no sistema, seria a de solicitar aos programas que, junto à ficha de avaliação, incluíssem um conjunto (7, talvez) de produtos (artigos, livros, patentes, partituras, etc.) e de dissertações e teses (7, talvez) que representassem suas mais relevantes produções (poder-se-ia chamar essa de **Lista da Sete Produções Mais Qualificadas do Programa** ou “**Lista das 7 Mais**” – “**L7+**”), que viriam acompanhadas de uma justificativa do porquê da sua escolha, e de que forma contribuiriam ou para ampliar as fronteiras dos conhecimentos da Área ou para a sociedade. Essas produções seriam lidas e analisadas pelos comitês de avaliação. Embora laboriosa, acreditamos que se deve fazer uma experiência nesse sentido, à luz do que foi feito na última avaliação de forma experimental e pioneira, por uma das Áreas.

Além do envio da L7+, também seria interessante se todos os docentes credenciados nos programas listassem seus três produtos mais relevantes no quadriênio (poder-se-ia chamar essa de “**Lista das Produções Mais**

Qualificadas” ou “**LPQ+**”). A LPQ+ seria enviada pelos programas apenas no formato de lista e, no momento da avaliação, seria analisada pelos comitês em substituição à lista completa das produções do programa no período. E, certamente, a L7+ seria um subconjunto muito qualificado da LPQ+.

***Sugestão 3:** Inclusão de indicadores de qualidade daquilo que é produzido pelos programas de pós-graduação através do envio de um conjunto definido de produtos que reflita suas melhores produções acadêmicas, dissertações e teses.*

II.4. Criação de uma nova dimensão no processo de Avaliação: Grupos Vocacionais (auto-definidos pelos programas).

Um aspecto novo a considerar provém da necessária preocupação com a **inovação tecnológica**, que traz novas oportunidades e inúmeros desafios para os programas de pós-graduação. Tais desafios se referem sobretudo às engenharias, ciência dos materiais e a computação, por exemplo, que têm um impacto direto na competitividade tecnológica do país. Os exemplos brasileiros bem-sucedidos, citados acima e situados nas áreas onde a virtuosa combinação entre as competências científica e tecnológica levaram o Brasil a ocupar posições de destaque no cenário mundial, parecem indicar que o país já possui um conjunto de boas iniciativas a serem seguidas. Isto significa que a avaliação da pós-graduação deve considerar a urgente necessidade de valorizar a produção e o desempenho dos cursos com inserção nas áreas de pesquisa aplicada e de inovação tecnológica.

Numa visão geral, uma proposta de mudanças na avaliação da pós-graduação deve preservar **os inúmeros avanços e buscar atacar as fragilidades existentes**. Neste contexto, é importante que haja clareza sobre as duas principais formas de se fazer pesquisa e formar recursos humanos:

- Pesquisa motivada pela curiosidade ou pela busca do avanço das fronteiras do conhecimento, sem ter, necessariamente, aplicação empresarial ou comercial;
- Pesquisa motivada pela busca de desenvolvimento social ou empresarial que objetiva produzir conhecimentos aplicados para produção de riquezas, geração de empregos diferenciados, abertura de novos mercados, melhoria na qualidade de vida ou melhoria da competitividade das empresas.

As duas formas e motivações para o desenvolvimento da pesquisa (básica pela curiosidade e a aplicada para o desenvolvimento) devem conviver harmonicamente na pós-graduação brasileira, mas, sempre, tomando como base os elevados parâmetros de qualidade de desempenho que lhes são característicos. Os estudantes motivados para a aplicação dos conhecimentos no

mercado, devem ser estimulados para o empreendedorismo tecnológico, assim como se estimulam os pós-graduandos para se tornarem cientistas ou professores.

Certamente, podem-se perceber tendências e vocações nas pesquisas realizadas pelos nossos 4.500 cursos de pós-graduação. E, nesse sentido, seria muito interessante se cada curso se auto definisse como desenvolvendo pesquisas com determinada vocação, indicando como gostaria de ser avaliado. Grupos Vocacionais (GV) seriam, então, definidos e uma sugestão encontra-se a seguir:

Grupo Vocacional I. Pesquisa Fundamental – Programas cujas pesquisas são mais do tipo fundamental ou básica e voltadas para o avanço do conhecimento científico;

Grupo Vocacional II. Pesquisa Básica Estratégica – Programas cujas pesquisas envolvem temas de interesse nacional como o estudo das doenças, das mudanças climáticas, da biodiversidade, temas educacionais, agrícolas, ambientais etc.;

Grupo Vocacional III. Pesquisa Aplicada na Área Social – Programas cujas pesquisas envolvem temas com desdobramento em demandas de solução com repercussão nas áreas sociais, como proposições de soluções sobre violência, melhoria de transporte coletivo, problemas do lixo urbano, saneamento básico, educação etc.;

Grupo Vocacional IV. Pesquisa Aplicada Tecnológica – Programas que desenvolvem pesquisa aplicada tecnológica, visando a solução de problemas e enfrentamento de desafios de natureza prática, resultando em avanços na inovação tecnológica, usualmente em parceria com o setor industrial.

Caberia, ainda, uma opção mista, onde os programas poderiam escolher não mais de dois tipos de GVs.

Certamente, a introdução dessa nova dimensão na distribuição dos nossos Programas levaria à necessidade de “**customização**” do peso dos indicadores utilizados em função do GV escolhido. Apenas para ilustrar, a produção de artigos/livros e patentes teria maior peso, respectivamente, nos GV I e IV, ao passo que participação na elaboração de novas políticas públicas teria maior destaque no Programas do GV II e III.

Nesse contexto, poder-se-ia privilegiar, em especial nos Programas do GV I, **projetos de pesquisa de risco**, em áreas do conhecimento pouco exploradas ou “fora de moda”, mas que são fundamentais para alargar as fronteiras do conhecimento e pavimentar o caminho para futuras inovações.

Além disso, a criação dos GVs, permitiria dar mais ênfase para a **inovação** que tem recebido pouco destaque nos programas de pós-graduação brasileiros.

Essa medida levaria, certamente, a uma **reorientação das trajetórias de formação de nossos estudantes**, que passariam a incorporar novos elementos e novos parceiros. Nesse contexto, seria possível, por exemplo, que um estudante desenvolvesse parte de suas pesquisas dentro de uma empresa ajudando a construir a ponte entre a academia e o setor empresarial, fazendo com que a inovação tecnológica acelere no Brasil.

Conforme mencionado anteriormente, a pós-graduação brasileira tem passado por um processo de avaliação muito sólido em relação aos valores acadêmicos de produção de conhecimentos qualificados e de impacto no avanço da ciência. Isso fez com que o desempenho dos programas de pós-graduação melhorasse rapidamente. Isso também ocorreu em algum grau nas áreas tecnológicas e nas engenharias. Por outro lado, o processo de avaliação com indicadores robustos da capacidade de apoio à inovação por parte dos programas de pós-graduação ainda não amadureceu na medida necessária e a pós-graduação, mesmo nas engenharias, de forma geral, está ainda distante do setor industrial.

A pesquisa em engenharia deve abordar mais os problemas tecnológicos identificados nas empresas e, se possível, com o envolvimento da graduação. Para isso, há a necessidade de integrar mais a pós-graduação e as empresas nas áreas tecnológicas. Por outro lado, a Universidade não deve ser o único agente para a inovação industrial, mais do que isso, deve formar pessoas altamente capacitadas e gerar conhecimentos relevantes para dar conta dos desafios que o setor produtivo, tecnológico e social que a população demanda.

Hoje, se comemora o número de patentes depositadas por Universidades, mas, de fato, poucas são realmente licenciadas, o que mostra que os mundos da pesquisa e da genuína inovação ainda estão muito desconectados. Nas nações inovadoras sabemos que isso é diferente, ou seja, são o setor industrial, público, privado ou misto os grandes depositários de patentes e as taxas de uso e licenciamento são mais elevadas.

A Capes e as outras agências de financiamento devem desenvolver indicadores que avaliem a capacidade de apoio que os Programas de Pós-Graduação possam oferecer às empresas em seus processos de inovação. Isso deve ser realizado à luz dos indicadores robustos de forma a consolidar o sistema de verificação da relevância de projetos de inovação, como desenvolvido na área de inovação do currículo lattes. O aprimoramento e valorização desses indicadores no processo de Avaliação dos Programas de engenharias e ciências aplicadas será o caminho para estimular o relacionamento entre os programas e as empresas e os setores de serviços.

Destaque-se que não se deve substituir qualidade na produção de conhecimento por qualquer atividade de consultorias ou prestação de serviços ordinários ou apoio ao simples desenvolvimento de produtos com empresas. O ideal é que os programas de pós-graduação tecnológicos melhor avaliados pela

qualidade dos conhecimentos produzidos possam, cada vez mais, se relacionar com atividades de pesquisa e desenvolvimento das empresas e voltar sua investigação para as demandas de inovação da sociedade, agregando melhor qualidade ao seu desenvolvimento.

Sugestão 4: *Auto inserção dos cursos em quatro Grupos Vocacionais (GV) baseados na natureza das pesquisas realizadas pelos Programas (Grupo I. Pesquisa Fundamental; Grupo II. Pesquisa Básica Estratégica; Grupo III. Pesquisa Aplicada na Área Social; Grupo IV. Pesquisa Aplicada Tecnológica.*

Sugestão 5: *A criação dos GVs levará a uma revisão de indicadores de produção e seus respectivos pesos em função daquilo que se espera de cada GV (“customização”).*

Sugestão 6: *Reposicionamento das atividades de inovação como fundamentais para a pós-graduação brasileira o que levará à criação de novos percursos formativos dos estudantes que passarão a incorporar elementos do setor empresarial.*

II.5. O trinômio Internacionalização/Nucleação/Solidariedade precisa ser preservado.

Acreditamos que estamos vivendo o que seria a “5ª Era” da pós-graduação brasileira. Uma era de profundas reflexões, onde os percursos formativos dos estudantes, sua natureza e seus objetivos deveriam constituir a pauta prioritária de reflexões e análises por parte dos programas de pós-graduação. Uma era onde a preocupação com a integridade em pesquisa e a ética deveriam permear todo o percurso formativo.

Poderíamos dizer que a “1ª Era” da pós-graduação no país caracterizou-se pela estruturação e normatização do sistema em si, a partir da comissão Sucupira e seu parecer exarado em 1965, ano em que existiam no país apenas 38 programas de pós-graduação. Foi o período da construção dos alicerces da pós-graduação brasileira que, junto com o sistema universitário, já começava historicamente atrasado.

A “2ª Era” foi dominada pela concepção e delimitação do que se entendia por “tempo de titulação”. O tempo de titulação foi, nesse momento, um dos indicadores mais relevantes a ser perseguido, mas este já não pode ser mais avaliado fora da atmosfera de cada programa e de cada área e dos próprios projetos. Projetos novos, que impliquem em “sair da zona de conforto” (e mais do mesmo) e que demandem altos investimentos, não podem ser simplesmente comprimidos em janelas temporais rígidas.

A “3ª Era” foi demarcada pela implantação do sistema QUALIS, que normatizou o impacto das produções acadêmicas. Mas, conforme apontado

anteriormente, o sistema QUALIS atual apresenta enorme heterogeneidade entre as áreas necessitando de revisão e reformatação. Construir QUALIS comuns para áreas que se reconheçam dentro dos mesmos campos de saberes e que compartilhem os mesmos Grupos Vocacionais é uma sugestão que apresentamos.

A “4ª Era” poderia ser definida como a era das discussões, aspirações e grandes iniciativas em torno do trinômio “internacionalização/nucleação/solidariedade”. Essa Era ainda não se esgotou, em especial no que tange a **internacionalização**, que, no Brasil, ainda é fomentada por programas governamentais descontínuos e financeiramente modestos e que, ademais, mudam de foco constantemente. Sabemos o quanto é enriquecedor para a ciência o intercâmbio de estudantes e pesquisadores, seja na melhor formação dos discentes, seja para o enriquecimento da pesquisa por meio da co-autoria, e ainda para a melhor qualificação do que se cria em termos nos mundos das ciências, das letras e das artes.

Nesse sentido, ainda se faz necessário investir recursos substanciais para promover a internacionalização dos programas de pós-graduação através de bolsas *in e out bound* para estudantes e pesquisadores, Escolas de Altos Estudos, e mesmo intensificando a dupla titulação, disciplinas ministradas com parceiros estrangeiros, além de programas de pós-graduação em parcerias com instituições internacionais de destaque. Nesse particular, seria salutar reservarmos uma cota de bolsas de doutorado no exterior, em especial para os Programas do GV 4, que incluísse a inserção dos estudantes em centros de pesquisa e inovação tecnológica fora das instituições acadêmicas.

Ainda dentro de uma reflexão sobre a internacionalização, deve-se ter em mente que a internacionalização não deve ser um fim em si, mas, sim, um meio para o continuado enriquecimento dos programas e de seus integrantes. A internacionalização efetiva e enriquecedora de um programa deve ser representada por um conjunto de ações concertadas, fruto da reflexão dos seus membros e que, juntas, devem servir para alargar as fronteiras das pesquisas daquele programa, expandir o conhecimento e a experiência profissional de seus estudantes, aumentar a visibilidade daquilo que se produz no programa dentre outras. Nesse sentido, além do fluxo de pesquisadores que visitam o programa ou dos membros do programa que visitam outras instituições, também representam enriquecedores elementos de internacionalização a participação dos docentes dos programas em corpos editoriais de revistas internacionais indexadas; a organização de congressos internacionais; palestras ministradas em congressos no exterior; dupla titulação dos estudante; a organização de disciplinas e Escolas de Altos Estudos em colaboração com pesquisadores do exterior; *double appointments*; participação em academias de outros países;

auxílios a pesquisa obtidos em agências estrangeiras etc.

Sugestão 7: *Investir recursos na internacionalização dos cursos de pós-graduação, premiando aqueles que tiverem fluxo in e out bound de discentes e pesquisadores, projetos de pesquisa conjuntos, alunos com dupla titulação, disciplinas conjuntas, oferta de cursos em inglês e outras línguas, dentre outras ações. Esta sugestão está baseada no fato de que o caminho mais curto para a internacionalização das nossas universidades se faz pelos programas de pós-graduação mais qualificados, ou seja pelos cursos notas 6 e 7 cujo número total está ainda limitado a um pequeno número de universidades, indicando que poucas podem ambicionar nível de internacionalização mais amplo e ainda assim em pequeno número de áreas do conhecimento. Deve-se ter em conta também que a premiação deve ser mediante um processo competitivo que exigirá dos melhores programas de pós-graduação uma proposição abrangente indo muito além do envio de estudantes para o exterior, isto é, visando alcançar reais projetos de cooperação internacional. Os departamentos que sediam tais programas premiados vão se constituindo no modelo que cada universidade deve seguir visando ampliar sua internacionalização.*

Sugestão 8: *Criação de uma cota de bolsas de doutorado no exterior que inclua o estágio do estudante dentro de centros de pesquisa e inovação tecnológica que participariam dos projetos dos estudantes.*

No que tange a **nucleação** de novos programas de pós-graduação e as ações de **solidariedade** – incluindo aquelas voltadas para a melhoria da nossa educação básica –, muitos dos nossos programas já incorporaram tais ações nas suas missões, o que é muito importante e que deve ser ampliado. Entendemos que essas missões, que fazem parte do DNA da pós-graduação brasileira, devem ser recompensadas em qualquer sistema de avaliação vigente.

No que concerne as ações voltadas para a **melhoria da EB brasileira**, deve-se exaltar as ações de vários programas na oferta de mestrados profissionais voltados para a formação de professores da educação, além das ações junto às escolas, como os Cursos de Férias, oferecidos por algumas instituições universitárias do país, além da confecção de matérias didáticos atraentes para as escolas. Envolver os estudantes nesse esforço incluindo em seus percursos formativos, na forma de disciplinas, por exemplo, o compromisso com a EB deveria ser missão de todo programa, independente do seu conceito.

Ainda de notório destaque estão os recentes programas Multicêntricos sediados em Sociedades Científicas e que visam aproximar jovens docentes de universidades recém criadas onde a massa crítica ainda não é suficiente dos programas já consolidados. Trata-se de uma eficaz ação de solidariedade e nucleação que precisa ser valorizada e apoiada pela Capes.

Sugestão 9: *Deve-se fomentar e premiar as ações dos programas voltadas para a melhoria da educação básica, em especial àquelas que contam com a participação dos discentes.*

Além disso, solicitar dos programas que monitorem e tracem o **destino dos seus egressos** deve ter destaque em qualquer processo avaliativo. Pós-graduados bem empregados refletem a qualidade da formação que se oferece, embora, no presente, por estarmos atravessando uma crise econômica e política profunda, a maior parte dos cerca de 21.000 doutores que formamos por ano esteja desempregada ou subempregada. Nesse sentido, seria muito importante que a Capes criasse ferramentas que ajudassem os programas a monitorar seus egressos.

Sugestão 10: *O destino dos egressos deve ser monitorado pelos programas, já que a natureza e o impacto de sua atividade após o doutoramento (e o pós-doutorado) é um excelente indicador de qualidade do estudante formado.*

II.6. Percursos Formativos dos estudantes de pós-graduação.

Conforme mencionado ao longo do presente texto, a titulação obtida ao final de um curso de pós-graduação deveria ser a consequência de um rico processo formativo, e não o objetivo em si. Dessa forma, cuidar da formação dos estudantes deveria ser o ponto central de todos os programas de pós-graduação. Que disciplinas/conteúdos ofertar-lhes? De que forma fazê-lo de modo que sejam relevantes e atraentes? Que experiências em novos ambientes, além do acadêmico, pode lhes ser importante? Como lhes proporcionar a salutar vivência em outras instituições no exterior e o convívio com outras culturas? Como viabilizar a discussão sobre questões candentes como a ética e integridade em pesquisa? Como formar mestres e doutores solidários e comprometidos com as questões ambientais, sociais e econômicas do país? Essas e outras questões deveriam pautar as preocupações dos programas e das Agências de fomento do país.

Além disso, os discentes devem ser autores das produções geradas pelos programas (artigos, livros, patentes, obras literárias, etc) participando de todo o seu processo de geração, que vai do desenho experimental até a redação e submissão daquela produção a um veículo de comunicação. Precisamos evitar o “compadrio” predatório na co-autoria de artigos, onde se incha o número de co-autores discentes que, muitas vezes, têm participação superficial naquela produção. Essa prática leva a um exército de “doutores de papel”, com currículos extensos, mas rasos, e que não resistem e se “rasgam” nas arguições dos concursos públicos a que são submetidos.

Sugestão 11: *A qualidade da formação discente deve balizar e nortear o processo avaliativo e, para isso, as produções (artigos, livros, patentes, obras literárias e de arte etc. que contam com a participação discentes devem ser valorizadas e recompensadas. A CAPES deve desenvolver indicadores que avaliem a capacidade que os programas de pós-graduação têm para oferecer no caminho de uma melhor formação de quadros qualificados.*

Avaliação da pós-graduação: Considerações do CTC-ES da CAPES (Brasília, 7 de fevereiro de 2018).



AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

Considerações do CTC-ES

Sumário

1	Introdução.....	1
2	Síntese das considerações feitas pelas áreas.....	2
3	Considerações para a Diretoria de Avaliação.....	9
3.1	Ciclo de avaliação e seminário de acompanhamento.....	9
3.2	Ficha de Avaliação.....	10
3.3	Avaliação de proposta de cursos novos.....	11
3.4	Acompanhamento de egressos.....	11
3.5	Produção bibliográfica em periódicos.....	12
3.5.1	Classificação de periódicos.....	13
3.6	Classificação de eventos.....	13
3.7	Classificação de livros.....	13
3.8	Produtos tecnológicos, educacionais e artísticos.....	14
3.9	Cursos de excelência.....	15
3.10	Assimetrias regionais.....	16
3.11	Cursos de doutorado com nota 3.....	17
4	Recomendações ao PNPB.....	17

1 Introdução

No dia 25 de outubro de 2017, durante sua 174ª reunião, o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) da Capes recebeu visita de integrantes da Comissão Especial que acompanha e monitora a implantação do Plano Nacional de Pós-graduação - PNPG 2011-2020. Foi solicitado ao colegiado a elaboração de texto inicial que pudesse subsidiar debate entre os integrantes do SNPG (Sistema Nacional de Pós-graduação), tendo em vista o aprimoramento da avaliação da pós-graduação – conforme recomendação expressa do PNPG.

O CTC-ES acolheu a solicitação a qual foi combinada com outra demanda do próprio colegiado, a saber, a necessidade de elaborar memória elencando questões que considera relevantes para serem apreciadas pelos novos coordenadores de área e conselheiros que tomarão posse em 2018.

Por essas razões, o conselho decidiu inicialmente consultar todos os coordenadores das 49 áreas da Capes, para que dessem sugestões de aprimoramento da avaliação e indicassem temas que deveriam ser enfrentados pelo CTC-ES em 2018. Com esses subsídios, também seria possível atender à demanda da Comissão Especial para o PNPG.

Para viabilizar tal trabalho, o colegiado constituiu comissão presidida pelo representante do CTC-ES no Conselho Superior (o coordenador da Área de Astronomia e Física) e integrada por seis membros titulares do CTC-ES, a saber, os coordenadores das áreas: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo; Biodiversidade; Engenharias IV; História; Interdisciplinar; e Medicina I.

Em sua primeira reunião, ainda durante a semana da 174ª reunião do CTC-ES, a comissão redigiu mensagem que seria encaminhada aos coordenadores de área solicitando que (a) apontassem falhas do processo de avaliação; (b) avaliassem as ferramentas usadas na Quadrienal 2017; (c) indicassem se os dados usados foram adequados e suficientes; (d) sugerissem mudanças no processo de avaliação; (e) comentassem a adequação dos quesitos e itens de avaliação e a escala de notas; (f) apontassem as principais dificuldades encontradas por sua área na Quadrienal 2017; (g) informassem os aprimoramentos que sua área adotou para eventual compartilhamento e (h) listassem questões que deveriam ser encaminhadas aos novos coordenadores de área.

A comissão recebeu resposta de 40 dentre as 49 áreas. Este documento é então baseado nas considerações feitas por estas áreas e em discussões realizadas durante a 175ª reunião do CTC-ES. Na seção 2 é mostrada uma síntese das considerações feitas pelas áreas. Diferentes aspectos foram apresentados e estes foram sistematizados em tópicos a serem considerados pela Diretoria de Avaliação (DAV), e compõem a seção 3. Na seção 4 são apresentadas as recomendações para a comissão especial do PNPG.

2 Síntese das considerações feitas pelas áreas

É praticamente unânime a observação quanto à exiguidade de tempo para se fazer a avaliação e para o trabalho prévio com as planilhas. Algumas sugestões foram aventadas, como, por exemplo, reservar-se tempo específico para redação e revisão das fichas como etapa do processo de avaliação ou simplesmente aumentar o tempo de trabalho (a semana) da comissão – proposta majoritária. Para áreas muito grandes, o problema se agrava: no caso da área de Ciências Agrárias, a solução pode inclusive resultar em diminuição da comissão se for possível contar com duas semanas. No caso da área Interdisciplinar, houve problemas de espaço físico. Há sugestões de:

- 1) realizar treinamento prévio das comissões. Alguns coordenadores relataram iniciativas próprias nesse sentido (treinamento prévio propriamente dito ou produção de modelos e instruções para a análise/avaliação);
- 2) usar o seminário de acompanhamento (ou de “meio termo”) para treinamento;
- 3) ter uma semana, anterior à avaliação, destinada a tal preparação; e
- 4) recuperar-se a prática de compor as comissões de avaliação com maior antecedência.

Em relação às comissões, há registro de dificuldade de convocação de novos avaliadores (que, igualmente, precisam ser treinados) e de comissões muito numerosas. Sobre treinamento, em paralelo ao registro de algumas reclamações sobre falhas no preenchimento da Sucupira pelas IES, foi sugerida a necessidade de mais treinamento, oferecido pela Capes, aos coordenadores e secretários dos programas.

As planilhas com os dados extraídos da Plataforma Sucupira fornecidas pela DAV foram, em geral, bem recebidas, mas é comum serem classificadas como muito grandes (excesso de informações) e com dificuldades pontuais. Vários coordenadores demandam

que a planilha seja feita por programa e muitos pedem que ela classifique os dados por quadriênio e não ano a ano, bem como já apresente indicadores calculados. Há informações repetidas (solicitação de introdução de rotinas capazes de detectar tais inconsistências) e falta de informações (classificação Qualis dos livros e capítulos; informações sobre egressos; informações sobre pós-doutoramentos; caracterização de discentes bolsistas; categoria dos autores em todas as abas; dados sobre financiamento de projetos; fator de impacto e *cites per doc* de 2 anos para os periódicos indexados; proporção de discentes do programa que publicaram no ano, entre outras). Há problema para identificar um mesmo discente que muda de nível ou se torna egresso ou um egresso que se torna docente, especialmente quando a mudança se dá no mesmo ano. Há reclamação sobre dificuldade de acesso a algumas informações (por exemplo, acesso a dados sobre disciplinas). Para alguns, a planilha demanda habilidade com o aplicativo Excel que nem todos os coordenadores possuem. Para outros, a DAV deveria fornecer informações que permitam usos ainda mais amplos (aplicativos de análise de dados).

Há preocupação relativamente generalizada com o aprimoramento da Plataforma Sucupira. No caso da Proposta do Programa, é frequente a reclamação quanto à existência de quatro versões anuais, registrando-se recomendação de que persista apenas uma, feita no último ano. Ademais, há algumas sugestões para que o campo tenha limitação de espaço. As várias reaberturas para atualizações dos dados pelos programas (reenvio de informações) também geraram queixas; a possibilidade de alimentação continuada convivendo com a existência do arquivo cancelado geram discrepâncias entre os dados oficiais e a consulta pública. Há sugestões para que o registro de livros e artigos incorpore o ISBN e o DOI, sendo que, em relação ao identificador de objeto digital, há variação quanto à obrigatoriedade ou possibilidade de seu uso. Sugestão que facilitaria a autoavaliação diz respeito à produção de indicadores públicos pela Plataforma Sucupira que os programas poderiam consultar. Outras sugestões dizem respeito à possibilidade de os coordenadores de programas fazerem *upload* de arquivos demandados pelos coordenadores de área; à necessidade de incorporação de rotinas de verificação de consistência, sobretudo quanto a duplicidades; à adoção de calendário de chancela compatível com o início e encerramento das atividades letivas (e não com o ano civil); à adoção de modelos de preenchimento (possivelmente uma sequência de campos pré-definidos) para o quesito inserção social e ao sequenciamento dos campos da Sucupira espelhados na ficha de avaliação.

Esta última sugestão (organização da Sucupira tendo em vista a sequência da ficha de avaliação) supõe que tal sequenciamento espelhado organizaria melhor o tratamento das informações tendo em vista a avaliação, mas parece que o ordenamento das informações depende mais de como a planilha (ou quaisquer outros instrumentos) organiza os dados registrados na plataforma Sucupira do que da sequência de campos da plataforma. Entretanto, a sugestão é importante por outra razão: ela indica que o recolhimento de informações – que se dá por meio da Plataforma Sucupira – está sendo visto como intrinsecamente relacionado ao processo de avaliação, quando, na verdade, o alcance da plataforma é bem maior (ou pretende ser). A avaliação não deveria se configurar apenas como o manejo de dados fornecidos pela plataforma tendo em vista a produção de indicadores. A geração de indicadores, por mais sofisticados que sejam, é etapa apenas instrumental e preliminar à avaliação.

A etapa de homologação pelo CTC-ES dos resultados da Avaliação Quadrienal 2017 também foi objeto de consideração dos coordenadores. Há preocupação de coordenadores quanto à duração do processo, entendida como excessiva e podendo acarretar mudanças induzidas. A composição do colegiado foi abordada sendo mencionadas várias sugestões, inclusive que as votações sejam direito apenas dos membros titulares (sem prejuízo da presença e direito à voz de todos os coordenadores de área). A flexibilização do regulamento da Quadrienal 2017 foi minoritariamente criticada. Guarda relação com esse conjunto de questões relacionadas ao CTC-ES a proposta de reformulação do procedimento de aprovação dos resultados da avaliação (segundo a qual o colegiado deveria ser instância apenas recursal) e outra, de adoção de calendário pela DAV que diminua os trabalhos do conselho (propostas de cursos novos em 2018 e Qualis em 2019; seminários de acompanhamento em 2019; propostas de cursos novos em 2020 e Qualis em 2021; Quadrienal em 2021). Em relação à etapa de análise dos pedidos de reconsideração, há sugestão para que eles sejam necessariamente organizados observando a ordem dos quesitos da ficha de avaliação. Ainda em relação ao CTC-ES, foram feitas algumas sugestões no sentido de que os relatórios dos grupos de trabalho do conselho sejam retomados, especialmente os dos grupos de trabalho sobre produção técnica e impacto social.

As propostas de cursos novos foram objeto da consideração dos coordenadores, sendo frequente o entendimento de que elas devem ser recomendadas ou não sem atribuição de nota. Com variações, surge a proposta de que novos cursos devem ser

avaliados apenas após algum requisito (intervalo temporal ou primeira turma formada). O mínimo de dez docentes permanentes para o funcionamento de um programa foi sugerido. Há vários registros de preocupação com a necessidade de se aprovar propostas inovadoras e estratégicas, evitando-se a “mesmice”, assim como há a sugestão para que, mais do que abrir novos doutorados, aqueles recentemente aprovados se consolidem.

Em relação a novos doutorados, há sugestão para que somente cursos de mestrado que já tenham formado uma turma e contem com quadro de orientadores equilibradamente experiente possam apresentar proposta – proposição igualmente carente de precisão, pois não há impedimento para a criação de programa que ofereça apenas curso de doutorado. Há indicação para que instituições com muitos programas não possam apresentar proposta de curso novo. A longa espera para apresentação de proposta de novo curso de doutorado, imposta aos programas nota 3 pela adoção da periodicidade quadrienal, foi de algum modo abordada pelos coordenadores, mas a proposta objetiva de que esses programas sejam avaliados com nota nos seminários de acompanhamento foi minoritária, embora, ao que parece, implicitamente admitida por vários coordenadores.

A periodicidade quadrienal ou a adoção de novo ciclo de avaliação também foram abordadas. A manutenção da avaliação periódica quadrienal é a preferência de bom número de coordenadores, tendo sido apresentada a argumentação de que é preciso consolidar-se a experiência. Frequentemente, essa opinião vem acompanhada da valorização do seminário de acompanhamento.

Note-se, entretanto, que existem propostas de alteração do ciclo quadrienal, as mais variadas, segundo as quais a avaliação poderia ser distribuída ao longo do ano, ou feita a cada dois anos, ou três, ou quatro, ou cinco, ou seis. Tais sugestões variam conforme a modalidade acadêmica ou profissional e as notas dos programas. Algumas não têm em vista a recomendação do PNPJ já atendida pela ampliação da periodicidade para quatro anos.

É certo que o maior conjunto de propostas diz respeito à avaliação propriamente dita, como era de se esperar. Nesse sentido, há demanda por simplificação da ficha, que, aparentemente, conflita com a grande preocupação com o detalhamento e precisão de seus quesitos e itens. Há significativa quantidade de propostas sobre o assunto.

Sugere-se, por exemplo, que o **quesito 1** tenha peso. O item 1.1, em vez de proposta curricular, deveria “detalhar a qualidade, pertinência e atualidade das disciplinas. O programa deve descrever outras atividades de formação oferecidas aos discentes”.

O **questo 2** deveria ter peso menor ou nenhum, devendo ser avaliado em conjunto com a produção global do corpo docente e contando com indicadores objetivos e discriminantes. O item 2.2 deveria incluir o “número ou porcentagem de docentes permanentes exclusivos do programa”. Não diferenciar docentes permanentes dos colaboradores foi também uma proposta de algumas áreas, como forma de simplificar o processo.

O **questo 3** deveria ter peso maior – sugestão que se refere à atual preocupação em resgatar o papel da formação dos programas –, inclusive em relação ao **questo 4**, devendo, segundo algumas propostas, incorporar a participação discente na produção. A preocupação com a formação aparece em relação a sugestões referentes a alguns aspectos da ficha: por exemplo, o **questo 3** deveria ter “item sobre o processo de formação avaliando estratégias inovadoras de formação; participação de pós-graduandos em grupos de pesquisa e eventos; estágios em centros de excelência; colaboração no ensino de graduação; colaboração em orientação de IC; participação em banca de TCC (trabalho de conclusão de curso)”. O corpo discente deveria ser avaliado por meio de artigos completos de discentes/egressos oriundos das teses. O item 3.2 deveria identificar o “número de discentes que concluíram e publicaram trabalhos de suas dissertações e teses”. Há ressalva segundo a qual a ênfase na formação não deve encobrir o fato de que o SNPG é o *locus* privilegiado de produção do conhecimento no Brasil.

Segundo uma sugestão, o **questo 4** deveria ser chamado “Produção Intelectual Docente”, pois deveria ser independente da participação de discentes. Há indicação de que se avalie, apenas, a produção que tenha aderência às linhas dos programas. O item 4.1, conforme uma proposta, deveria considerar apenas artigos científicos com discentes e limitar um artigo por docente permanente/ano. Prevalece a ideia de avaliar os melhores produtos do programa e não sua produção total.

Muitas propostas se referem ao **questo 5**, visto como difícil e importante ao mesmo tempo: ele deveria ser valorizado e precisado.

Há sugestões de **fusão** dos **questos 1 e 5** e dos itens 1.1 e 2.1 e dos itens 2.2 e 2.3.

Outras sugestões são: todos os **questos** deveriam ter indicadores de cooperação e os **questos 2, 3 e 5** deveriam incorporar atividades de extensão. Há várias indicações de que o tempo médio de titulação deve perder relevância, o que de fato já vem acontecendo em algumas áreas.

Há proposta de adoção de nova ficha com os seguintes quesitos: 1. Formação, Governança e Estratégia; 2. Qualidade do Corpo Docente; 3. Formação Discente e Impacto do Programa. Há proposta no sentido de que a atual ficha de avaliação seja abandonada em favor de novo formulário de avaliação que, numa primeira etapa não presencial, seja preenchido por dois avaliadores (com questões definidas pela área e aprovadas pelo CTC-ES). Além das respostas, os dois avaliadores também deveriam elaborar parecer detalhado e propor nota. A comissão, numa segunda etapa, em reunião presencial, deliberaria. Aos avaliadores seriam disponibilizados os indicadores, dados brutos, melhores produtos e outras informações pertinentes para a área.

O apego em relação à atual ficha de avaliação talvez possa ser explicado pela busca de várias áreas em definir um rol extensivo de questões que devam ser consideradas pela avaliação. Se tomarmos o exemplo do quesito 5, veremos que vários coordenadores reclamam de sua imprecisão e outros demandam sua transformação em avaliação de impacto do programa em diversos aspectos (impacto científico, social, econômico etc.). Este é um exemplo do que talvez seja um excesso de preocupação normativa em relação à avaliação – muito certamente justificável em outros momentos. Essa normatividade, por um lado, garante que determinados tópicos sejam abordados na avaliação, mas, por outro, impede que os avaliadores exerçam o padrão analítico de qualidade que caracteriza a avaliação de mérito feita por pares por meio da produção de pareceres substanciosos. É certo que a preocupação normativa tendo em vista o estabelecimento de indicadores e a determinação do que deve ser verificado por meio dessa ou daquela métrica que definirá conceitos tem louvável pretensão de objetividade e completude, mas pode empanar a avaliação na medida em que eventualmente resvale para uma espécie de vistoria técnica. Por exemplo, um dos comentários enviados chama atenção para o fato de que a avaliação da coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular (1.1) e da infraestrutura (1.3) são condições *sine qua non* para o funcionamento do programa, não devendo fazer parte, portanto, da avaliação propriamente, mas serem simplesmente requisitos essenciais que, se não forem cumpridos, poderiam levar a eventual descredenciamento, suspensão de funcionamento ou alerta ao programa, dependendo da gravidade. O mesmo poderia ser dito de outros requisitos (tamanho do corpo docente, titulação do corpo docente, proporção permanentes/colaboradores etc.). Isso significa que a atual avaliação contém

aspectos objetivos que poderiam ser mais bem caracterizados como elementos que podem ser verificados por meio de “diagnóstico de conformidade” – conforme expressão usada.

Aspecto muito presente nas sugestões é o da avaliação da produção restrita ao que se poderia chamar de melhor produção, identificada em autoavaliação pelos programas ou por meio de indicadores aplicados *a priori* (pelos programas e/ou pela coordenação da área). Tratar-se-ia, aqui, de selecionar certo número de produtos por autor (docente permanente e/ou discentes/egressos ou programa) e proceder-se à avaliação mais acurada, de natureza, por assim dizer, “qualitativa” – expressão que, nesse caso, parece sugerir a possibilidade de leitura ou, ao menos, de cotejo dos produtos que seriam enviados ou carregados digitalmente em repositório. Há áreas que já praticam a sistemática, outras que a adotaram em caráter experimental e, ainda, as que se programam para tanto. Essa avaliação “qualitativa” por vezes é correlacionada com o que é chamado de avaliação em duas etapas, sendo a segunda justamente a “mais qualitativa” ou referida à autoavaliação.

A consideração do Qualis Periódicos não trouxe novidades: deveria haver um Qualis único, ou por grande área, ou por colégio. Além disso, algumas áreas reclamam da necessidade de atualização anual, chamando atenção para o fato de ela não ser obrigatória ou necessária. Há área que sugere que a nota do periódico em dado ano defina a nota dos artigos, não a do último Qualis. Alguns coordenadores apontam eventual inutilidade do instrumento, que poderia ser substituído por fator de impacto padronizado mediano ou por bases indexadoras e indicadores usados pelas áreas. Outros coordenadores, entretanto, destacam a importância do Qualis Periódicos e defendem sua manutenção. Há o registro de dificuldades, como o estabelecimento do Qualis periódicos nas áreas de Humanidades e a diferença de critérios entre as áreas.

Há número expressivo de solicitações genéricas sobre a necessidade de aprimoramento da descrição e avaliação da produção técnica que, eventualmente, guarda relação com a elaboração de uma classificação específica, embora algumas áreas (Administração, Engenharia III, Medicina II para programas profissionais, Psicologia e Saúde Coletiva) tenham encontrado caminhos próprios de superação do problema – talvez mesmo em função da dificuldade de estabelecimento de solução comum.

Há indicação de modificação da Sucupira para a entrada de dados que possibilitem a classificação de produção técnica e também de livros e criação de repositórios para apoiar essas atividades.

3 Considerações para a Diretoria de Avaliação

Com vistas ao aprimoramento do processo de avaliação realizado pela CAPES e coordenado pela Diretoria de Avaliação (DAV) alguns pontos importantes foram submetidos a uma avaliação crítica. Tais pontos são listados abaixo e considerados individualmente nas seções subsequentes.

- a) Ciclo de avaliação e seminário de acompanhamento
- b) Ficha de avaliação
- c) Avaliação de propostas de cursos novos
- d) Acompanhamento de egressos
- e) Produção bibliográfica em periódicos e eventos
 - a. Classificação de periódicos
- f) Classificação de eventos
- g) Classificação de livros
- h) Produtos tecnológicos, educacionais e artísticos
- i) Curso de excelência
- j) Assimetrias regionais
- k) Cursos de doutorado com nota 3

3.1 Ciclo de avaliação e seminário de acompanhamento

O ciclo de avaliação de quatro anos foi recentemente implantado e o bom resultado da Avaliação Quadrienal 2017 é forte indicador de que deva ser mantido. Aliado a isso, a prudência não recomenda nova mudança em tão curto espaço de tempo. Ademais, há indicação de que a Comissão Especial para acompanhar e monitorar a implantação do Plano Nacional de Pós-graduação - PNPG 2011-2020 já tem posição firmada favorável ao ciclo quadrienal.

Talvez o mais importante seja sublinhar a importância dos seminários de acompanhamento (ou de meio termo) a serem realizados 2 anos antes da avaliação quadrienal, de forma a dar aos programas retrato geral de seu desempenho, podendo a autoavaliação ser um instrumento para essa atividade.

Além dos seminários de acompanhamento, aponta-se a relevância de visita aos programas identificados como frágeis na Quadrienal e nos próprios seminários de acompanhamento.

3.2 Ficha de Avaliação

A atual ficha foi criticada por muitos coordenadores que sugeriram aprimoramentos em diversos quesitos e itens. Ela expressa o modelo de avaliação que prevalece há algumas décadas. Talvez não seja possível simplificá-la, como é desejo de muitos, sem alterar tal modelo. A eventual alteração desse modelo, entretanto, não deve implicar o abandono dos procedimentos que culminaram na bem-sucedida Avaliação Quadrienal 2017. Seria preciso, portanto, distinguir os aspectos efetivamente limitadores da ficha.

A ficha foi concebida segundo um princípio estruturante: ela estabelece quesitos de avaliação que têm determinados pesos. Os itens dos quesitos também são, rigorosamente, definidos. Tais definições precisas tiveram o mérito de balizar os aspectos essenciais da avaliação, mas, em associação com a busca de normas, indicadores e métricas, talvez tenham tornado a expressão pública da avaliação prisioneira de certo formalismo.

A complexidade do SNPG tem mostrado que as porcentagens da atual ficha não são inteiramente adequadas para a avaliação de todos os programas: é certo que a produção intelectual (artigos e outros itens) deve ser valorizada, mas a pós-graduação é, eminentemente, espaço de formação de mestres e doutores. Por outro lado, a inserção social poderá ser eventualmente mais bem compreendida como impacto de natureza diversa que deva ter importância considerável dependendo do perfil do programa. Ou seja, salvo engano, o peso de dado aspecto ou quesito depende de avaliação de mérito. Se, em dado momento do passado, foi necessário estabelecer limites e balizamentos, talvez seja possível dizer que, neste momento, o SNPG se encontra maduro para não depender desses limites rígidos – atribuindo-se maior responsabilidade ao discernimento do avaliador que, naturalmente, será checado ao longo do processo pela coordenação de área, pela comissão de avaliação e pelo CTC-ES.

O avanço proporcionado pela Plataforma Sucupira talvez permita, na próxima avaliação periódica, um passo avante no sentido de dar maior proeminência à avaliação de mérito – que certamente já é feita – no lugar do manejo das normas, indicadores e métricas, que têm tido muita visibilidade nas fichas de avaliação. Para tanto, talvez seja

possível pensar uma sistemática que dê aos membros da comissão de avaliação – em uma primeira etapa não presencial – a tarefa de elaborar parecer minucioso e sugerir nota a partir de todos os indicadores e demais dados definidos pela área. Seriam pelo menos dois pareceres, para que, em uma segunda etapa, em reunião presencial, toda a comissão deliberasse elaborando o parecer final e definindo a nota. Para tanto, o documento de área contendo os critérios de avaliação da área - para hierarquização dos programas em relação à produção, elementos obrigatórios para funcionamento do programa, para escolha de melhores produtos, entre outros – e as orientações para elaboração dos pareceres pelos avaliadores deveria ser aprovado o quanto antes pelo CTC-ES.

A comissão de avaliação deveria ser indicada e confirmada com antecedência maior do que a atual. Da mesma maneira, os dados e indicadores específicos por área deveriam ser disponibilizados com maior antecedência. A DAV ficaria responsável pela elaboração dos indicadores e envio aos avaliadores juntamente com demais dados necessários à avaliação – melhores produtos, autoavaliação, documento da área e diagnóstico de conformidade. Além disso, os consultores devem ter uma visão relativa do programa na área para cada indicador.

3.3 Avaliação de proposta de cursos novos

Os novos cursos de pós-graduação são aprovados com nota mínima de 3 para o mestrado e 4 para o doutorado. Ao não ser aprovado um pedido para um curso de mestrado, por exemplo, ela recebe nota 2 ou 1. Essa escolha de nota não é importante, uma vez que seu significado é apenas de não aprovação do curso. Assim, antes de qualquer avaliação de desempenho é conferida uma nota o que difere de todos os outros cursos que são avaliados quadrienalmente. A sugestão seria que um curso ao ser criado teria sua aprovação, mas não teria uma nota. A concessão desta nota seria feita por ocasião da avaliação quadrienal.

Pode ser notado que esta mudança abre a possibilidade de uma reavaliação da escala de notas usada para classificar os programas.

3.4 Acompanhamento de egressos

Avaliar a qualidade da formação discente é ponto central da avaliação dos programas de pós-graduação pela Capes. Dessa forma, o acompanhamento dos egressos de

cada curso é fundamental para a avaliação. Embora essa necessidade seja amplamente reconhecida, sua utilização ainda carece de definições e parâmetros claros, inclusive considerando diferenças entre perfil de egressos de programas acadêmicos e profissionais. É natural que cada área de conhecimento avalie essa dimensão de forma diferenciada. Enquanto uma pode simplesmente valorizar a empregabilidade, outra olhará para o nível salarial atingido. Outras naturalmente podem valorizar a contribuição social ofertada por seus egressos, a estatura profissional atingida, ou o impacto no avanço do conhecimento por meio de publicações ou outras produções intelectuais. Tais parâmetros podem também se combinar para dar uma visão geral da qualidade da formação.

Essa discussão precisa também respeitar as condições econômicas e sociais da região na qual o programa está inserido, os parâmetros de produtividade, entre outras características definidoras da munificência do mercado e aproveitamento profissional do titulado. A disponibilidade de dados para tais análises é uma limitante desta avaliação; essa fragilidade carece de ser superada.

Essas definições que caracterizam a qualidade do egresso precisam ser estabelecidas com certa urgência notando, inclusive, que isto remete a uma discussão do próprio cerne dos valores da pós-graduação nacional.

3.5 Produção bibliográfica em periódicos

A produção bibliográfica em periódicos vem apresentando incremento numérico significativo nas últimas avaliações. Como forma de focar na qualidade da produção intelectual, os coordenadores de área sugerem que sejam considerados na avaliação apenas os melhores produtos, indicados pelos programas, em número flexível por área de avaliação. Na análise desse subconjunto da produção bibliográfica deve ser considerado o aspecto inovador na área, o fator de impacto do periódico e/ou as citações que os artigos receberam, podendo-se utilizar, para a análise das citações, os produtos de dois ciclos de avaliação para os melhores produtos no caso de áreas nas quais os produtos demoram a ter citações.

3.5.1 Classificação de periódicos

Os coordenadores de área tendem a concordar que é necessário classificar os periódicos com produção dos Programas - Qualis. No entanto, a divulgação dos critérios de classificação deveria ocorrer a cada 2 anos, atendendo aos Seminários de Acompanhamento e à Avaliação Quadrienal. Além disso, os critérios deveriam gradualmente convergir por Grande Área. A divulgação da lista de periódicos e seus estratos ocorreria apenas na ocasião da avaliação quadrienal.

3.6 Classificação de eventos

Algumas áreas classificam artigos publicados em congressos com avaliação por comitês de programa e registro ISSN. Para essas áreas os artigos publicados em conferências importantes são equivalentes às publicações em periódicos. A classificação de eventos nessas áreas também incentiva o desenvolvimento de campos de pesquisa ainda emergentes a promover interação entre pesquisadores, profissionais com interesse na área e/ou entre grupos de pesquisa. Tais eventos podem ser simpósio, encontro, colóquio, workshop, conferência etc. A realização de eventos constitui produção significativa e relevante destas áreas, tanto para docentes quanto para discentes. Assim, a classificação de eventos deve ser preservada.

3.7 Classificação de livros

A produção intelectual em livros continuará sendo considerada de maneira diferenciada pelas áreas. A classificação das obras demandará modificação na estrutura de inclusão de dados na Plataforma Sucupira relativos a livros. Será necessário criar uma funcionalidade na plataforma para a inclusão dos dados e que também possibilite às áreas a classificação dos livros de seus programas, segundo critérios específicos por área. Esta alteração na plataforma deverá contemplar a criação de um repositório. O programa ao cadastrar uma obra deverá incluir uma versão digital, que será usada apenas no processo de classificação e de avaliação dos programas. O resultado da classificação de cada obra ficará disponível para consulta pública.

A classificação poderá ocorrer em uma ou duas fases: a primeira considera os dados descritivos da obra (formais); a segunda avalia o conteúdo da obra, considerando as três dimensões aprovadas pelo CTC-ES em 2009, ou seja, relevância, inovação e impacto

potencial. A operacionalização dessas dimensões varia por área. A avaliação com base em aspectos descritivos da obra, ocorrerá usando dados informados pelo programa na Plataforma Sucupira, enquanto que a avaliação do conteúdo usará a cópia digital depositada na Sucupira. Quando um exemplar digital do livro não for disponibilizado, ele poderá não ser classificado.

Foi demandado por parte das áreas que o número de estratos seja alterado, incluindo mais um (L1 a L5). Além disso, solicita-se que a ordem dos estratos seja invertida, sendo o estrato L1 o mais alto e o L5 o mais baixo.

Os livros avaliados em cada ciclo de avaliação (4 anos) serão classificados em estratos – NC, L1, L2, L3, L4 e L5. Os livros serão classificados nos estratos respeitando as seguintes regras: (1) a quantidade de títulos no estrato mais elevado (L1) deve ser menor do que a do 2º estrato mais bem avaliado (L2); e (2) a soma do número de títulos nos três estratos mais altos deve ser menor ou igual a 50% do total dos títulos classificados.

3.8 Produtos tecnológicos, educacionais e artísticos

Há relatos das áreas sobre classificação dos produtos tecnológicos realizada para a Quadrienal 2017. No entanto, algumas áreas observam que há muitos registros de produtos sem qualificação, bem como de patentes ainda em fase de depósito. Portanto, a inclusão de dados sobre a produção tecnológica na Plataforma Sucupira deve ser mais bem elaborada pelos programas, mas para tal é necessário primeiro que fique mais claro quais tipos da tipologia de produtos tecnológicos criada em 2016 pelo Grupo de Trabalho sobre produção tecnológica cada área considerará. Será necessário criar um glossário único para todas as áreas sobre os tipos de produção tecnológica.

O cadastro de produtos tecnológicos na Plataforma Sucupira demandará a criação de uma funcionalidade que permita às áreas procederem à classificação dos produtos informados pelos programas. Este módulo deverá permitir a inclusão de documentos digitais sobre os produtos. Estes documentos serão usados exclusivamente no processo de classificação pela área.

Sugere-se que para a classificação sejam usados os critérios definidos pelo Grupo de Trabalho sobre produção tecnológica em 2016. As áreas usarão na classificação os dados informados na plataforma sobre os produtos e os arquivos anexados na plataforma. O resultado da classificação de cada produto deve ficar disponível para consulta pública.

O processo de classificação deve ser declarado pela área em seu documento. Esta classificação é imprescindível para a avaliação dos programas profissionais.

A valorização e classificação de materiais educacionais é importante e deveria continuar como produtos técnicos relevante, tanto para algumas áreas acadêmicas como para os programas profissionais regulares e em rede (PROFS). A proposta existente de um Qualis Educacional articulada ao *eduCapes* deve ser apoiada.

O processo de classificação dos produtos artísticos está consolidado e deve ser mantido.

3.9 Cursos de excelência

Aos programas reconhecidos como de excelência na avaliação da CAPES atribuem-se as notas 6 ou 7. Excelência e internacionalização não podem ser vistas como equivalentes. Considerando-se todas as áreas nota-se que há programas cujos docentes apresentam atuação no estrangeiro, mas sem ainda apresentar a excelência de formação discente e liderança nacional. Por outro lado, há programas com nota 6 ou 7 cuja atuação é de reconhecida excelência na formação de pessoas, sem uma destacada atuação internacional. A publicação em periódicos editados no estrangeiro não é suficiente para caracterizar a internacionalização do programa, muito menos publicar nos estratos superiores do Qualis ou em livros/capítulos classificados nos estratos superiores. Por exemplo, em áreas em que todos os programas publicam seus trabalhos em revistas de alcance internacional, isso não significa que todos os programas dessa área sejam internacionalizados e muito menos de excelência. Assim, faz-se necessário criar critérios claros e eixos comuns que possam ser usados por todas as áreas para a caracterização da excelência acadêmica na formação de pessoas.

Propõe-se que a excelência acadêmica considere o desempenho do programa em múltiplas dimensões, tais como as listadas abaixo.

1. Consolidação e liderança nacional (inclusive no aspecto de nucleação e solidariedade) e internacional como formador de recursos humanos para a pesquisa e a pós-graduação. O programa deve atrair estudantes de diversas partes do país e do mundo e deve promover a empregabilidade de seus egressos em instituições de reconhecida qualidade (impacto da formação na carreira dos formados no programa);

2. Participação sedimentada de docentes e discentes no cenário acadêmico nacional e internacional (em comitês, diretorias, sociedades e programas internacionais, além de atividades de docência, consultorias, editorias);
3. Captação destacada de recursos no ambiente nacional e internacional;
4. Qualificação da produção intelectual (em periódicos, livros, patentes ou outros tipos relevantes para a área do conhecimento) dos docentes e discentes;
5. Mobilidade de pesquisadores (receber e enviar pesquisadores para o exterior e também para outras regiões do país);
6. Infraestrutura para promover mobilidade de pesquisadores (bureau para suporte acadêmico; acomodação de docentes e discentes, dissertações e teses em língua inglesa; *site* em outros idiomas, redução de entraves burocráticos que dificultem o credenciamento e o reconhecimento do mérito acadêmico de professores estrangeiros entre outros); e
7. Estímulo a colaborações com universidades estrangeiras, para ministrar disciplinas formativas, dupla titulação, compartilhamento de projetos e publicações, etc.

Algumas áreas têm contado com a participação de avaliadores internacionais na avaliação da excelência acadêmica, como forma de permitir um olhar externo e comparativo com parâmetros diversificados, mas isso não deveria ser uma regra para todas as áreas. O conhecimento do ambiente nacional é importante para que essa avaliação não seja induzida pela reputação de algumas universidades, mas pelo desempenho efetivo do programa em análise.

3.10 Assimetrias regionais

Apesar da diminuição gradual das assimetrias regionais tanto em quantidade quanto em qualidade, como se observa nos resultados das últimas avaliações, elas ainda persistem dentro do sistema de pós-graduação. Há forte consenso entre as áreas de que não devem ser alterados os critérios de avaliação em função de diferenças regionais, porque a prática introduziria maiores problemas no sistema. Ações para manter a diminuição das assimetrias devem focar na fixação de recursos humanos qualificados e na ampliação de redes de pós-graduação e apoio a projetos de forma a minimizar eventual carência institucional de qualificada massa crítica de docentes.

3.11 Cursos de doutorado com nota 3

A existência de cursos de doutorado com nota 3 não é desejável. Isto significa que há cursos onde a qualificação de seus egressos pode não contemplar aquela esperada para um doutorado de sua área. Assim, se recomenda que 1) na avaliação de APCN sejam consideradas apenas propostas de doutorado que demonstrem características equivalentes às dos programas existentes com nota 4 na área; 2) não sejam aprovadas propostas de APCN originadas de cursos de mestrado com nota 3; e 3) que na próxima avaliação quadrienal, sejam descredenciados os cursos que ofereçam doutorado e que não demonstrem desempenho equivalente aos dos programas com nota 4 na área.

4 Recomendações ao PNPG

Considerando o levantamento realizado, o CTC-ES encaminha à comissão de acompanhamento do PNPG as sugestões listadas a seguir.

- 1) Manutenção do ciclo avaliativo em 4 anos, considerando o seminário de acompanhamento no meio do ciclo como uma oportunidade relevante para a orientação dos programas.
- 2) Enfatizar a busca pela qualificação da produção intelectual pelas áreas de conhecimento/programas. Assim, a avaliação da produção bibliográfica deve utilizar os melhores produtos indicados pelos próprios programas.
- 3) A classificação dos periódicos (Qualis) deve ser preservada. O Qualis tem servido como um importante instrumento adicional de aferição da qualidade da produção científica e bibliográfica. A existência do Qualis tem, inclusive, servido como guia de qualidade desestimulando publicações em revistas de baixa credibilidade com práticas editoriais inapropriadas ou questionáveis. A classificação valoriza artigos em revistas indexadas em bases consolidadas e políticas editoriais respeitadas. O uso do Qualis também tem servido para que as diferentes áreas adotem políticas de valorização de diferentes subáreas onde os fatores de impacto se mostram comparativamente inapropriados. No entanto, em vez de divulgar a classificação de cada periódico, seriam tornados públicos os critérios usados pelas áreas para a classificação, como forma de estimular a compreensão dos critérios de qualidade e a liberdade para prospectar veículos de alto

impacto que não tiveram produto dos programas no ciclo avaliativo. A divulgação da lista de periódicos e seus estratos ocorreria apenas na ocasião da avaliação quadrienal.

- 4) Outras formas de produção intelectual devem ser valorizadas e classificadas pelas áreas.
- 5) Qualidade da formação discente é ponto central do SNPG. Assim, o acompanhamento dos egressos de cada curso é fundamental para a avaliação. Parâmetros que combinem informação sobre empregabilidade, impacto no avanço do conhecimento por meio de publicações ou outras produções intelectuais pelos egressos, contribuição social dos discentes egressos para o ambiente local, entre outros aspectos devem ser adotados. Para tal, novos dados deverão ser informados pelos programas ou prospectados pela Capes e as análises deverão respeitar diferenças de mercado de trabalho e evolução longitudinal das carreiras.
- 6) A diminuição das assimetrias regionais deve ser uma prioridade de todas as áreas. Isso significa um enorme esforço de acompanhamento por parte das coordenações das áreas. Na mesma direção deve haver uma política nacional de fixação de novos pesquisadores nas áreas mais carentes além de programas nacionais de apoio financeiro aos projetos de qualidade. Políticas de combate à diminuição das assimetrias regionais pressupõem a aplicação de critérios de qualidade uniformes por ocasião de apresentação de propostas de cursos novos e de avaliação da pós-graduação.
- 7) Estabelecer de forma clara, a ser divulgada nos documentos de área, quais são os parâmetros de excelência de cada área, o que servirá como meta a ser almejada por cada programa para conseguir as notas 6 e 7. A internacionalização seria apenas uma dimensão da excelência.
- 8) Há um consenso que a avaliação da CAPES precisa ser simplificada e deva focar no mérito dos programas, em vez de privilegiar aspectos específicos do desempenho, tais como produção intelectual ou composição do corpo docente. Assim, propõe-se uma avaliação em duas etapas. Na primeira os membros da comissão de avaliação elaborariam um parecer minucioso e sugeririam uma nota a partir de: (1) indicadores previamente calculados pelos técnicos da Capes elaborados com base nos dados informados na Sucupira ou extraídos de outras fontes externas auditáveis; (2) autoavaliação do Programa; e (3) e demais dados definidos pela área e informados pelos programas na Plataforma Sucupira. Seriam pelo menos dois pareceres e não haveria necessidade de uma reunião presencial. Na segunda etapa, em reunião presencial, toda

a comissão deliberaria a partir das avaliações dos consultores. A etapa final seria a chancela do CTC-ES.

Brasília, 7 de fevereiro de 2018.

Comissão de trabalho:

- Adelaide Faljoni-Alario (UFABC)
- Carlos Fico da Silva Junior (UFRJ)
- Eliane Pereira Zamith Brito (FGV/SP)
- Jose Antônio Rocha Gontijo (UNICAMP)
- Murilo Araújo Romero (USP/SC)
- Paulo Jorge Parreira dos Santos (UFPE)
- Sylvio Roberto Accioly Canuto (USP)

Aprovado na 176ª reunião do CTC-ES.